6

Referências

6.1.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, v.7, n.13, p. 73-84, jul./dez. 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALTERMAN, Eric. Out of print. **New Yorker**, Nova York, 31 mar. 2008. Disponível em: <http://www.newyorker.com/reporting/2008/03/31/080331fa_fact_alterman>. Acesso em 11 out. 2009.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Infância na mídia: uma pesquisa**. Coordenação da pesquisa Marco Túlio Alencar. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2000.

_____. **Infância na mídia**. Ano 6, número 10. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2001a.

_____. **Infância na mídia**. Ano 6, número 11. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2001b.

_____. **Balas perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência**. Brasília: ANDI/Departamento da Criança e do Adolescente/Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente, 2001c.

_____. **Infância na mídia**. Ano 7, número 12. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2002.

_____. **Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira**. Coordenação Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. **Imprensa, infância e desenvolvimento humano: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia**. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2003b.

_____. **Infância na mídia**. Ano 8, número 13. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2003c.

_____. *Infância na mídia*. Ano 10, número 14. Brasília: ANDI/Instituto Ayrton Senna, 2005.

_____. *Direitos, infância e agenda pública: uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana*. Brasília: ANDI, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos Editora, 1998.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Em busca do oriente perdido. **Textos para discussão**. Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-31, jul. 1988.

_____. **A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

_____. Fronteiras entre o favor e o desfavor. In: **Colóquio Favor e Desfavor**, LCP/UFF, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DOWNIE, JR., Leonard & SCHUDSON, Michael. The reconstruction of American journalism. Nova York: Graduate School of Journalism, Columbia University, 2009, 100 p. Relatório técnico.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1979b.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GABLER, Neal. **Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia & BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, Ligia Costa. **A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPUB, 1998.

MATSUURA, Sérgio. Circulação de jornais cresce 5% em 2008. **Comunique-se**. Rio de Janeiro, 29 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?editoria=8&idnot=50611>>. Acesso em 14 fev. 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEUNIER, Jacques. **Os moleques de Bogotá**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. **Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.

NEDER, Gizlene. Racismo e cidadania. In: _____. **Violência e cidadania**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1994.

NEDER, Gizlene & CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Família, poder e controle social: concepções sobre família no Brasil na passagem à modernidade. In: _____. **Ideias jurídicas e autoridade na família**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEDER, Vinicius. O estigma “de menor” na imprensa escrita. **Cenários da comunicação**, São Paulo, vol. 7, n. 2, p. 161-167, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. A profissionalização do jornalista via ensino: argumentos mobilizados em defesa da formação escolar específica. In: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009, Curitiba.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990). In: RIZZINI, Irene & PILLOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SANTA'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTIAGO, Silvano. **As raízes e o labirinto da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. Nova York: Basic Books, 1978.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SQUARISI, Dad. **Manual de redação e estilo**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

WAINBERG, Jacques A. Prefácio. In: LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

6.2. Entrevistas

AULER, Eduardo. Entrevista concedida a Vinicius Neder. Rio de Janeiro, 27 ago. 2009.

KIEFER, Sandra. Entrevista concedida a Vinicius Neder. Belo Horizonte, 13 ago. 2009.

OURIQUES, Evandro. Entrevista concedida a Vinicius Neder. Rio de Janeiro, 4 ago. 2009.

RIBEIRO JR., Amaury. Entrevista concedida a Vinicius Neder. Belo Horizonte, 13 ago. 2009.

VIVARTA, Veet. Entrevista concedida a Vinicius Neder. Rio de Janeiro, 3 set. 2009.

6.3. Matérias de jornal

O Dia, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 1.

Infância a serviço do crime. **O Dia**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 14.

- Tráfico seduz cada vez mais. **O Dia**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 15.
- Muro de aço isola criança rica de ‘menor’ infrator. **O Dia**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1997, p. 1.
- Pequenos bandidos, enormes problemas. **O Dia**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 14.
- A zona franca da prostituição infantil em Manaus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1997, p. 16.
- Juiz só conseguiu tirar cassinos de perto das escolas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1997, p. 17.
- No combate à prostituição infantil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 3.
- ONGs pedem ação do Governo federal contra prostituição infantil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 4.
- Eles precisam é de educação. **O Dia**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 12.
- Um crime ainda sem castigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 3.
- Meninas são atração de um negócio lucrativo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 3.
- Conselho de Defesa da Criança defende punição exemplar para sexo com menor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 4.
- Polícia fecha motel em Manaus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1997, p. 3.
- Prostituição infantil, um pesadelo de quase 40 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1997, p. 8.
- Prostituição infantil na mira da PF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1º abr. 1997, p. 3.
- Manaus maquia prostituição ‘limpando’ ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1997, p. 1.
- Vexame em Manaus: polícia varre crianças das ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1997, p. 15.
- Em 2005, 172 mil alunos abandonaram a escola. **Extra**, Rio de Janeiro, 2 abr. 2006, pp. 18-19.
- ‘Ainda não desisti e quero me formar para entrar na Marinha’. **Extra**, Rio de Janeiro, 2 abr. 2006, p. 19.
- Extra**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2006, p. 1.
- Tráfico levou 500 alunos a deixar Ciep em Realengo. **Extra**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2006, pp. 4-5.
- Caça a estudantes faltosos. **Extra**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2006, p. 3.
- Acabou a brincadeira. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. 2007. Caderno especial, p. 12.
- Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. 2007. Caderno especial, pp. 1-12.

7 Apêndice

Neste apêndice, as entrevistas integrantes do trabalho de pesquisa surgem transcritas. Todas as entrevistas foram feitas presencialmente e integralmente gravadas. Nas seguintes transcrições, a ordem das perguntas e assuntos tratados pelos entrevistados foi mantida. A edição seguiu critérios jornalísticos e serviu apenas para passar ao registro escrito traços comuns do registro falado, além de reduzir as redundâncias. Em alguns casos, optamos por suprimir divagações que fugiram da linha lógica de explanação dos entrevistados e que, no texto, poderiam atrapalhar a compreensão do leitor.

7.1. Entrevista com Evandro Ouriques

Evandro Ouriques é professor da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do curso de extensão Jornalismo em Políticas Públicas Sociais. A entrevista foi concedida no Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 2009, nas dependências da ECO.

Faça uma avaliação da sua experiência à frente do curso Jornalismo em Políticas Públicas Sociais (JPPS), descrevendo as principais linhas de abordagem.

O nosso curso na verdade é uma grande conversa com a ANDI. Entre os cursos com os quais a ANDI tem convênio no Brasil, o nosso tem como característica trabalhar as áreas emergentes das políticas públicas sociais. Enquanto os colegas, por exemplo, na Universidade de Brasília e na Universidade de São Paulo trabalham do ponto de vista das questões clássicas das políticas públicas, nós trabalhamos com as questões emergentes. Questões emergentes em duplo sentido: tanto na abordagem sobre o que estaria faltando ao entendimento teórico e operacional que qualifica uma prática jornalística na qual as políticas públicas sejam uma agenda mais presente quanto dos próprios temas aos quais nos

dedicamos, tais como os temas de segurança, de superação da violência, de mudanças climáticas e outros.

Estamos agora iniciando a sexta edição do curso. Já tivemos cerca de 600 alunos, com uma média de 100 alunos por semestre. Às vezes mais, às vezes menos. Posso dizer que há uma grande receptividade por parte dos jornalistas, mas não trabalhamos apenas com jornalistas: trabalhamos com comunicadores de uma forma geral, publicitários, produtores editoriais etc., bem como com lideranças comunitárias e sociais, inclusive sindicais. Por exemplo, já tivemos curso nos quais nós tínhamos colaboradores [funcionários] da Vale, membros dos sindicatos que lidam com algumas questões complexas que a empresa gera nas suas intervenções nas comunidades.

Sinto uma grande e crescente necessidade de qualificação para o entendimento do que sejam políticas públicas e do papel que o jornalismo tem para a fortificação dessa agenda. Essa sensibilidade vem muito mais do profissional formado e já atuante do que do profissional novo. Tenho exatos 31 anos como professor da Escola de Comunicação [da UFRJ], sendo que fiz meu mestrado, meu doutorado e meu pós-doutorado sem sair da sala de aula. Isso me permitiu acompanhar todas as gerações “semestrais”. E eu sempre lidei com muitos alunos. Então hoje eu devo ter ajudado na formação de cerca de 6 mil pessoas, 6 mil profissionais das várias áreas. Posso dizer, com base na minha experiência, que os alunos da graduação, malgrado excelentes exemplares de exceções, não têm sensibilidade muito aguda. Os estudantes de jornalismo que ingressam na universidade ainda buscam uma prática consolidada. Não fiz uma pesquisa quantitativa nesse sentido, mas a experiência me mostra que eles ainda buscam uma prática consolidada, ou seja, a prática da grande mídia, ainda que tenhamos um crescimento nos últimos anos de alunos voltados para a questão da cultura digital. Por outro lado, chegamos a um ponto de grande oportunidade em relação à prática jornalística. Acho que nunca houve uma possibilidade tão grande de modificarmos substancialmente a prática jornalística.

Desenvolva a questão da falta de sensibilidade dos novos profissionais.

Publicamos e veiculamos à exaustão a expressão “políticas públicas sociais”, o que é uma aberração. Eu mesmo tenho um curso de jornalismo de políticas públicas sociais, mas esse conceito encerra em si mesmo – usando aí a orientação

do [Armand] Mattelart no sentido da “arqueologia dos conceitos” – exatamente a porta de entrada para que nós possamos entender a gravidade e a oportunidade que estamos vivendo. Afirmar que existem “políticas públicas sociais” significa que há políticas não públicas e que há políticas públicas não sociais. Ou seja, é aberrante. E as pessoas incorporam esse conceito como se esse fosse expressão de uma sociabilidade sadia. Quando na verdade as “políticas públicas sociais” nada mais são do que uma tentativa de restabelecimento de uma sociabilidade que está muito afetada hoje em dia.

A grande questão é como fazer com que as políticas públicas sociais sejam cobertas [pela imprensa] no cotidiano de uma maneira especial e o cotidiano das políticas públicas sociais, ou da ausência das políticas públicas sociais, não seja [apenas] eventualmente coberta de uma forma especial. Nessa operação de mudança de direção, há de se ter uma nova maneira de se formar ou de se ajudar a formar jornalistas. Eles não podem ser apenas humanos, precisam ter uma compreensão sistêmica mais profunda, em vez de simplesmente uma visão antropocêntrica na qual a natureza é usada como um meio para se atingir um fim.

Dizer isso hoje ainda é um pouco curioso e não é considerado, muitas vezes, como uma questão séria. Pode parecer para alguns incautos ser uma questão romântica ou uma questão ambientalista. Porém, insisto, nesse ponto, que há necessidade de mudança epistemológica na formação do jornalista, uma vez que a prática dele não muda se ele efetivamente não mudar como indivíduo no sentido de [Cornelius] Castoriadis. Ou seja, naquela proposta de dissolvermos a diferença, entre uma diferença conceitual, uma diferença cartesiana e uma diferença disciplinar.

Eu sou transdisciplinar nesta universidade desde 1984. A transdisciplinaridade é absolutamente fundamental para que o jornalista pare de ter um comportamento especial apenas em momentos eventuais, que servem muitas vezes apenas para o apaziguamento da consciência jornalística, e que se transforme isso efetivamente em uma prática cotidiana.

Eu posso dar um exemplo com a ANDI. A ANDI tem apresentado mudanças substanciais em várias áreas [da cobertura], mas tem uma área que não consegue mudar, que é a violência. A ANDI continua percebendo e apontando que ainda hoje a cobertura da violência continua a mesma. O que faz com que a questão sistêmica mais importante – geradora de todas as mazelas sociais para as

quais as políticas públicas sociais são desenhadas ou deveriam ser desenhadas e implementadas –, que é a violência, não consiga ser ainda compreendida por nossos colegas jornalistas de uma maneira mais eficiente no cotidiano. É exatamente aí que podemos ter [mudanças]. É desse prêmio que nós precisamos.

Há diferença entre os alunos que estudam no curso e os alunos que o senhor vem acompanhando ao longo de trinta anos nas aulas da universidade? Que conclusões ou que pistas pode-se tirar dessa comparação?

O nosso curso começou em 2007/1. Eu fiz o convênio com a ANDI em dezembro de 2006 e, em 2007, nós começamos [o curso] como uma disciplina complementar, com grandes nomes como, por exemplo, [os jornalistas] Flávia Oliveira [colunista do jornal *O Globo*] e Antônio Gois [repórter da sucursal do Rio de Janeiro da *Folha de S. Paulo*]. A disciplina era voltada exclusivamente para alunos da graduação da Escola de Comunicação [da UFRJ]. Nós tivemos 20 alunos inscritos. Houve aula na qual eu tinha 12 alunos em sala de aula.

Isso me mostrou que alguma coisa estava errada. Certamente não estava errada no curso, uma vez que ele apresentava o melhor da reflexão a respeito do assunto. Meu parceiro na criação do curso foi o Guilherme Canela, que é hoje o coordenador de comunicação e informação da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]. Quando nós desenhemos esse curso, eu consegui aqui na universidade um excelente auditório, com *data-show*, som, ar-condicionado, poltronas. Além disso, o curso contava com jornalistas de primeira categoria. Eu tive um impacto muito grande, porque estávamos tratando de assunto seriíssimo, com profissionais seriíssimos, em um ambiente perfeito.

Então em julho de 2007, diante dessa reação, decidi abrir o curso. Tendo em vista o compromisso da universidade pública, eu peguei minhas listas [de e-mail] e abri o curso para a sociedade e para o mercado. Passamos, já no segundo semestre [de 2007] de 15, 20 alunos, para 90. Então, a partir do ano passado, transformei-o em um curso de extensão oficial da UFRJ. Semestre passado, tivemos cerca de 430 pedidos de inscrição. Temos pedidos de todas as partes do país.

O mais interessante é que, quanto mais experimentado o jornalista, mais interessado é no nosso curso. O curso JPPS, na verdade, se tornou um espaço de reflexão e transformação da prática jornalística para jornalistas, comunicadores e

lideranças avançadas que já se desencantaram com os modelos e com as práticas antigas nas quais eles foram treinados. Estamos exatamente, como eu disse no início de nossa conversa, levando para essas pessoas os frutos das pesquisas que venho mantendo, juntamente com o meu grupo de pesquisa, nessa área de comunicação, estados mentais e ação. Exatamente para modificar a prática jornalista.

Houve mudanças ao longo destes 30 anos, entre os alunos de graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, em relação ao interesse por questões sociais?

Sim e aí vamos cair naquele lugar quase comum, das gerações formadas antes do regime militar e das gerações formadas depois do milagre econômico. Milagre econômico entre aspas. A fase mais negra da Escola de Comunicação [da UFRJ] foram os anos 1980 e 1990. O final dos anos 1980 e o final dos anos 1990.

Os alunos desse período – não todos, mas a maioria – experimentaram um aguçamento da perda do sentido, da perda da possibilidade de uma verdade e da possibilidade de um trabalho comum. De um lado, você tem toda a questão da explosão da teoria cultural, com a recusa às metanarrativas; com a insistência na dissolução do sujeito, na flutuação das identidades e na impossibilidade de uma verdade; e, conseqüentemente, na impossibilidade de um desconstrutivismo que não se desconstruía. Se você é um desconstrutivista a rigor, vai chegar uma hora em que você vai acabar tendo que afirmar que a própria desconstrução tem que ser desconstruída no sentido de uma construção. Nessa época, havia um casamento muito preocupante, de consequências bastante graves, da globalização – a mentalidade de [Ronald] Reagan [presidente norte-americano entre 1981 e 1989] e de [Margaret] Thatcher [primeira-ministra britânica, de 1979 a 1990] – com, paradoxalmente, a teoria cultural, insistindo na impossibilidade de um sentido. Conseqüentemente, isso ajudou imensamente a totalização do capital.

Esse é o paradigma neoliberal?

Exatamente. Se a teoria cultural, se as ciências sociais, se as ciências humanas, se as teorias sociais como um todo, diziam que era impossível um sentido, a globalização dizia “ótimo, façam isso, enquanto eu digo qual é o

sentido”. E o sentido é você ganhar dinheiro e pisar nos outros, gerando a necessidade de haver políticas públicas sociais.

Esse paradigma neoliberal pode ter contribuído para minimizar os efeitos positivos da democratização do Brasil sobre a mídia e sobre a formação dos jornalistas? Ou seja, pode ter contribuído para minimizar a capacidade de o jornalismo contribuir para a passagem de uma democracia formal para uma democracia de fato?

Me vejo levado a avançar na nossa conversa na direção do que dificulta, do que faz com que a nossa democracia formal não seja tão aprofundada como gostaríamos. Isso ocorre porque os jornalistas não são democratas. Eles não são democratas nas atitudes deles. Eu não posso dizer que todos os jornalistas não são democratas, mas grande parte dos jornalistas não é democrata.

Vou dar um exemplo prático. Por isso que eu falo da questão de território mental. Por isso que eu falo em ser aquilo que você gostaria de ver no mundo. Os jornalistas falam muito, os comunicadores falam muito, os políticos falam muito, as pessoas falam muito, os artistas falam muito, os religiosos falam muito, eu falo muito. Mas a questão está em você efetivamente conseguir ser aquilo que você gostaria de ver no mundo, ou seja, de você ser, fazer aquilo que o [Armand] Mattelart recomenda desde 1987, no livro dele. Nós precisamos dominar o processo da formação da vontade.

Por exemplo, muitos jornalistas da *Folha de S. Paulo* se acham mais importantes do que os demais. Como é possível isso? Um jornalista, um editor de política de *O Globo* se achar muito mais importante do que um editor de política de um jornal do interior ou de um jornal de Santa Catarina? Venho insistindo nisso através de meus artigos exatamente porque as pessoas, os jornalistas precisam ser aquilo que eles gostariam de ver no mundo. Se não, não vamos conseguir fazer democracia alguma se tornar democracia de fato.

Como o senhor tem avaliado especificamente a participação dos jornalistas no curso, seja como alunos, seja como palestrantes?

É uma bênção. As pessoas se engajam, as pessoas se dedicam. Nós realizamos vários eventos extras no curso, que são criados pelos próprios alunos.

Isso vale para os jornalistas da grande imprensa?

Sim. Há uma preocupação muito grande.

O senhor diria, como hipótese, que esses jornalistas participantes do curso são mais exceção do que regra nas redações?

A regra é o que nós estamos vendo... Você não precisa nem ver o jornal, nem ler o jornal. Eu posso dizer para você o que vai sair amanhã nos jornais sem ter bola de cristal nenhuma. Por exemplo, caiu o avião da Air France [acidente aéreo em voo entre Rio de Janeiro e Paris, ocorrido em maio de 2009], aí todo mundo fica discutindo essa coisa, todo mundo fica discutindo isso, todo mundo fica discutindo. E então desaparece o assunto. Nossos colegas vão reproduzindo isso com a argumentação de que não podem fazer nada, se não perdem o trabalho. Eu digo: “que eles sejam desobedientes civis mentais”. É chegada uma hora, do meu ponto de vista, em de que a única e mais eficiente estratégia política que nós temos de resistência é a desobediência civil. O que mais nós escutamos são as pessoas dizendo que as coisas são muito ruins, mas as pessoas continuam a fazer suas mesmas coisas.

Pela sua experiência no curso e como professor da graduação, qual seu diagnóstico sobre a cobertura das questões sociais?

De uma forma geral, ela vem melhorando, só que precisa melhorar muito mais.

E a formação tem um papel importante nisso?

A formação tem um papel absolutamente decisivo. Não sei se já deixei claro que toda a minha atuação é exatamente sobre isso. Eu sou educador, então a minha especialidade é exatamente o ensino da comunicação e da capacidade de comunicar. Essa é a minha atividade.

Então, a minha conclusão, e ela não é fácil de se compreender, é que o que está faltando na formação dos jornalistas não é a formação humanista no sentido ilustrado, no sentido iluminista; é uma formação na qual a pessoa precisa se transformar como pessoa e fazer aquilo que [Armand] Mattelart dizia: dominar os estados mentais, dominar os processos de formação de sua vontade porque

enquanto nós insistirmos em analisar essa questão com as ferramentas sociais da sociologia, não vamos conseguir fazer isso andar.

A ANDI vai mostrando, através das pesquisas dela, que o que faz a cobertura mudar é a consciência de cada jornalista. Ou seja, quando o jornalista decide ele mesmo dizer “basta, não vou mais obedecer a esse modelo mental, vou desobedecer a esse modelo mental”, ele pode vir para o nosso curso. Ele tem mais condições de entender porque foi levado a desobedecer. Eu não acredito em democracia que não seja feita por pessoa que não tenha atitude democrata.

A universidade, enquanto instituição, tem condição de atender essa mudança?

O trabalho da academia não é autorreferenciado, mas é um trabalho que precisa atuar em várias frentes. Não se trata apenas da formação acadêmica no sentido de um processo pedagógico. Não é simplesmente isso que vai fazer mudar o desempenho dos jornalistas. Nós precisamos ter uma ação mais ampla, uma ação para fora da universidade, uma ação trazendo para dentro da universidade aliados, uma vez que o isolamento da universidade a incapacitou e a levou para a situação em que está.

Esse isolamento está relacionado com essa dificuldade dela, enquanto instituição, de reagir a mudanças na tarefa de formar?

Isso é uma questão muito ampla, mas eu diria que a universidade perdeu o grande bonde da história quando abandonou as grandes questões, os grandes temas, como amor, mal, morte, pois são as questões que organizam os seres humanos na sua própria vida.

Os paradigmas clássicos de formação não vão fazer a transformação na formação dos jornalistas...

Não vão fazer, como não têm feito. O que é acenado como o que vai mudar o paradigma jornalístico é a cultura digital. Há a esperança de que a cultura digital mudará a prática jornalística. Isso é uma esperança vã e quem fala isso é uma pessoa que tem quatro espaços na internet. Tenho Twitter, fico “plugado” 24 horas por dia. Não tenho nada contra a rede, muito pelo contrário. Mudei minha carreira de 2004 para cá quando retornei para universidade basicamente com a

internet, com as ferramentas interativas, com a disseminação do meu trabalho, com a abertura gratuita do meu trabalho para as pessoas. Tudo isso, por exemplo, gerou um interesse muito grande pelo meu trabalho. Então eu sou totalmente a favor da cultura digital.

Realmente, estamos vivendo, sem nenhuma ironia, uma situação que nunca vivemos na história da humanidade. Hoje temos cada vez mais meios de praticarmos comunicação, de praticarmos jornalismo, de sermos nós mesmos editores. Agora é ingenuidade [achar] que a tecnologia, por si, vai fazer com que o ser humano tenha ascendência, tenha controle sobre sua tendência a ser corrupto, como Dante Alighieri já falava – para Dante, o que nos diferencia em relação aos animais é que o ser humano é aquele que tem a possibilidade de ser corrupto e de não ser corrupto.

A cultura digital não gera, portanto, mudança de fundo?

Não, ela não gera mudanças de fundo. Ela gera mudanças instrumentais. O que define um jornalista é o que ele pensa do mundo e a maneira concreta como ele age no território; território no sentido técnico, ou seja, no sentido das relações de poder somadas ao espaço. É nisso que a formação precisa atuar. A formação precisa fazer, criar um ambiente favorável para que o jornalista modifique a sua ação no território. Se simplesmente se instrumenta o jornalista para ele agir no território, ele vai fazer mais do mesmo.

Mas o senhor não tem a esperança de que a cultura digital seja uma oportunidade de aumentar o papel do jornalismo na transformação social?

Se você for metafísico, vai acreditar que a cultura digital vai melhorar a prática do jornalista. Por que metafísico? Porque acreditar na cultura digital como um ser, em si, absoluto, distinto de mim, que é capaz de fazer com que eu mude, é [colocá-la no] o mesmo lugar de Deus. Um fora absoluto. É metafísica isso. Eu não sou metafísico e não acredito numa mudança que me é feita em um Deus, seja esse Deus uma figura divina, no sentido religioso, ou Deus no sentido do dinheiro ou um Deus no sentido da sexualidade ou um Deus no sentido da cultura digital ou um Deus no sentido do produtivismo. Isso tudo é metafísica para mim.

Na pós-modernidade e nesta época em que nós estamos vivendo – já acabou a pós-modernidade, desde o início dos anos 2000; pelo menos eu entendo assim,

junto de [Terry] Eagleton –, permanece um fundo metafísico: a esperança de que a cultura digital vá resolver o problema humano. Isso é uma falta de responsabilidade pessoal e social. A única coisa que pode mudar, a única coisa que pode fazer com que a democracia vigore, é a mudança de atitude mental do indivíduo em rede, utilizando a cultura digital.

O que é ser humano? Ser humano – estou definindo ser humano no sentido básico e clássico – é aquele que produz linguagem, aquele que produz cultura. Consequentemente, se nós produzimos linguagem, produzimos conceito. Então, nós somos conceito, não somos tecnologia. Os conceitos circulam. Imagina o que foi para a humanidade a invenção da imprensa? E daí, mudaram as relações sociais? Mudaram as relações de poder? Mudou a exploração do homem pelo homem?

Existe uma totalização... É claro, é muito mais fácil depositar as minhas esperanças nessa crença de que a vida é apenas uma luta, que a vida é cruel, que os seres humanos não prestam, que eu tenho que me defender de você porque você vai me sacanear em algum momento, que eu tenho que usar você para o meu próprio benefício.

Por exemplo, hoje quando eu vim para cá, o ônibus parou no sinal e apareceu um rapaz vestido de palhaço com aqueles malabares. O cara deu um show. Foi o melhor espetáculo de artista de rua que eu já vi na minha vida. Mas ele deu um show tão maravilhoso que ele esqueceu de parar para pegar o dinheiro. Enquanto ele estava fazendo o show, eu já tinha pegado 2 reais e fiquei com a nota na mão para dar para o rapaz. O rapaz esqueceu de parar e, quando o ônibus saiu, fiz um sinal para ele. Aí ele falou “joga” e eu joguei no meio-fio.

O que aconteceu? O trocador e o motorista ficaram ridicularizando o cara. Porque ele saiu do modelo mercantil. Quer dizer, “olha o cara idiota... o cara esqueceu de parar a tempo... bobalhão... é um bobo mesmo”. Eu, na verdade, ao contrário, achei que ele efetivamente estava fazendo algo de novo, de bonito, de verdadeiro. Uma entrega, uma generosidade, que é uma questão que eu coloco como fundamental na prática do jornalismo. Na prática e na formação do jornalista. O jornalista precisa ser uma pessoa generosa, não uma pessoa utilitarista. Se não, nós não teremos nada mais do que nós estamos vendo se repetir, ainda que com melhoras bastante importantes.

Como resumiria a orientação do curso de JPPS?

O que eu estou colocando no curso de Jornalismo e Políticas Públicas Sociais é efetivamente uma experiência de um novo paradigma de formação de jornalistas e de formação continuada de jornalistas. Toda essa questão da mudança da atitude mental está expressa dentro do curso JPPS. É ocupando o território mental que nós conseguiremos ser melhores jornalistas no sentido do vigor da democracia.

Essa é a orientação, essa é a parceria que eu tenho com a ANDI, é essa a parte que me cabe dentro do programa de informação da ANDI. Isso tem movido literalmente céus e terras. São impressionantes o volume de trabalho, o volume de pessoas, as demandas, o interesse e os depoimentos ao final do curso e durante o curso. É uma febre. Eu não estava conseguindo dar conta de responder a isso. Hoje, além de uma monitora, nós temos mais três pessoas voluntárias que trabalham direto.

Quais seriam os pontos que o senhor destacaria nessa metodologia?

A questão específica tem dois eixos. O primeiro é seguir os direcionamentos do Mattelart, no sentido de que hoje vivemos numa época de produção de estados mentais e o jornalismo e a comunicação nada mais fazem do que produzir estados mentais. Consequentemente, para que possamos ter transformação social, precisamos dominar nosso processo da formação da vontade porque o capital, o que nós chamamos de capital, ele nos captura pela vontade. Esse domínio do processo da formação da vontade é exercitado através da “arqueologia dos conceitos”, ou seja, análise crítica do discurso, o que está sendo dito, tomar consciência no que está sendo dito. Esse é o primeiro eixo.

O segundo eixo é um exame profundo – uma questão a que me dedico desde a década de 1980 – da fonte de referência que o jornalista usa para tomar suas decisões hoje em dia. Se nós somos cultura, somos aquilo que pensamos e sentimos; se somos o que pensamos e sentimos, é porque utilizamos uma fonte de referência que nos legitima, afirmando o que pensamos e sentimos, a verdade para nós naquele contexto.

Em seguida, faço uma investigação profunda do modelo mercantil, que é o modelo do interesse e do poder autorreferenciado, da totalização do reconhecimento pelo capital da globalização, ou qualquer coisa de que você

queira chamar o capitalismo tal qual estamos experimentando. Eu investigo o sistema de interesse e do poder autorreferenciados... e investigo a dádiva no sentido de [Richard] Morse, aquele sistema de organização da sociabilidade na qual nós agimos sem interesse, sem que aja uma equivalência contável na nossa relação, mas que aja um fluxo da dádiva, no qual nós reconhecemos que estamos vivos.

7.2. Entrevista com Veet Vivarta

Veet Vivarta é secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). A entrevista foi concedida em 3 de setembro de 2009, durante café da manhã em um hotel em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Faça uma avaliação da evolução da cobertura sobre criança e adolescente, especificamente na questão da exclusão social, nesta virada do século XX para o XXI.

Em linhas gerais, a gente nota duas ou três tendências mais fortes. Primeiro: a entrada do tema da infância sob uma perspectiva de direitos. No início, a ANDI, como organização, estabeleceu um diálogo muito direto com as redações e estava operando na linha de frente. O movimento da infância como um todo tinha essa agenda muito forte, para tentar transformar uma visão da infância como uma ameaça ou uma vítima de abandono – em ambos os casos, uma abordagem institucionalizante – na visão da infância como um público detentor de direitos, como qualquer segmento da população. Então, é muito mais uma abordagem de política do que uma abordagem de intervenção assistencialista.

A construção dessa perspectiva é um processo. Ela vai se consolidando nesse período da década de 1990 até o início dos anos 2000. Você vê que as redações vão se apropriando disso. Tanto que você deixa de ter que vender a pauta. Para a ANDI, isso é muito interessante, porque nós estamos lá no contato com as redações. Fica flagrante como, gradualmente, a pauta deixa de ter que ser apresentada como uma pauta importante, pois já está integrada no cotidiano das redações. A pauta pode ter espaço hoje ou não, posso considerar esse tema mais

importante ou menos importante, mas a entrada dos direitos na ordem do dia é um elemento fundamental.

Outra percepção é que temas como educação são centrais: eles merecem estar entre as diferentes questões relacionadas à infância, ele merece atenção especial, numa construção que, de novo, não é só da imprensa, é a imprensa respondendo a um país que acorda, até tardiamente, para esse entendimento. Quando você vai discutir políticas públicas, a educação tem um índice muito maior de textos com esse viés. Não que seja uma discussão profunda, mas entende-se que a educação esteja ligada a políticas públicas.

Nos jornais que estamos acompanhando tradicionalmente, que são, digamos, os jornais considerados de melhor qualidade nas suas diferentes praças, há também uma redução da cobertura de violência, que hoje cai para o terceiro ou quarto lugar, nas pesquisas mais recentes.

Esse tipo de dado concreto junta-se à redução do uso de termos pejorativos para o tratamento de crianças e adolescentes, vocabulário que estava integrado ao dia a dia dos jornalistas. Quando a gente compara, por exemplo, com a realidade da América Latina, nas pesquisas das redes da ANDI na América Latina, vê que há redução. O Brasil tem indicadores bem menores do que outros países. Isso tudo é um avanço gradual. Você encontra problemas em veículos específicos ou com o novo jornalista, que entrou na redação há pouco.

De qualquer maneira, essas seriam algumas das mudanças mais interessantes. O entendimento, por parte da imprensa, de que a pauta é importante, de que há temas que merecem mais destaque e de que a abordagem de políticas públicas é importante. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando o Brasil começa a assumir essas políticas mais seriamente, você tem a agenda de direitos como um todo sendo colocada e isso tem que estar na linha de frente. À medida que o estatuto, com todos os problemas que a gente conhece, vai sendo apropriado, é claro que você vai começar a olhar as especificidades dessa agenda.

Então, no início, o trabalho da imprensa se concentrava em cobrir [a questão dos] direitos, cobrir educação, cobrir violência. Hoje, você tem demandas muito específicas, pois há políticas também mais específicas. Então é preciso refinar, pois o trabalho se torna mais complexo. A disputa por agenda vai ficando mais pesada porque os espaços dos jornais não aumentaram nestes anos. Alguns até tiveram que reduzir o seu espaço. Por outro lado, a agenda se tornou mais

complexa, os atores estão mais qualificados e as demandas estão mais qualificadas. Isso é uma pressão sobre as redações também.

Como foi a evolução da cobertura jornalística especificamente em relação à prática? Você citou a redução do uso de termos pejorativo, mas e em relação à pluralidade de fontes, à capacidade de ouvir os outros lados, à capacidade de contextualizar os eventos?

Nós continuamos tendo na média geral um limite [de fontes]. A média se mantém mais ou menos estacionada entre uma e 1,3 fonte por notícia. A gente acha uma média baixa, mesmo entendendo que parte dessa cobertura é de notícias factuais. Quase 60%, 70% dela é factual: retrata e segue em frente. Mas, mesmo assim, seria de se esperar um acesso a pontos de vista, a perspectivas, a questionamentos que enriquecessem o debate público.

Sei que posso ter uma notícia que basicamente me informa de alguma coisa importante. Não vou deixar de considerar uma notícia sobre o período de matrícula ou sobre vacinação. Informação pública é fundamental e posso entender e imaginar que parte dessas notícias vai estar basicamente apontando ali o fato, sem um nível de investigação e reflexão maior. Não seria nem necessário que tivesse isso. Então, posso entender que parte da cobertura poderia teoricamente abrir mão do contraditório, de outro ponto de vista.

Porém, a gente sabe que na realidade não é assim. Sabe que, muitas vezes, a matrícula vem acompanhada do velho problema da falta de vagas na escola perto de casa. O Estado deveria garantir que a criança tenha acesso à educação o mais perto possível. Ou seja, há questões para discutir mesmo naquelas pautas mais simples. Mesmo dando os descontos, a gente considera que nesse ponto a cobertura está aquém dos princípios básicos do bom jornalismo, da construção da informação de qualidade em termos de debate público.

Falta, primeiro, ouvir mais. Depois, quando ouve, muitas vezes ouve vozes convergentes, então você tem mais um coral do que um debate. Esse é o limite. Não ignoramos as situações de mercado, a pressão das redações. A gente sabe de tudo isso. Sabe-se, muitas vezes, que a notícia está sendo feita por acesso à distância, com computador, telefone, mas isso é um desafio a vencer.

A falta de tempo é usada como argumento...

Que é real, mas a gente vê que, em outras áreas de cobertura, não se dá um passo à frente sem checar. Uma coisa é você colocar na pauta, colocar na agenda dos meios. A gente acredita que o direito da infância conseguiu essa passagem. Agora, o quanto o tema sobe na escala de prioridade dos meios é um desafio. Subir nessa escala é importante para que ele mereça um tratamento mais classe A.

Essa questão está relacionada com o preparo individual dos jornalistas. Como você avalia o preparo dos jornalistas para lidar com esses temas de exclusão social?

Boa parte desse preparo advém de um interesse pessoal do profissional pela temática, pela agenda social, não necessariamente pela agenda da infância, embora ela seja, dentro da agenda social, uma das pontas de lança. Mas tanto do ponto de vista acadêmico quanto da capacitação nas redações, oferecida pelas próprias empresas, há uma lacuna muito grande em relação à agenda social como um todo. Em relação à agenda da infância e da adolescência em especial. Raras vezes você encontra um profissional que está fazendo essa cobertura há mais tempo e que diga que encontrou os insumos para se qualificar no banco da faculdade ou através dos recursos que a empresa ofereceu. Então, há um déficit de origem.

Tem também o fato de que, enquanto, nas redações como um todo, além do reconhecimento de que essa pauta tem valor jornalístico, você não tem isso sendo fortalecido em termos de status na disputa com outras temáticas, essa cobertura vai continuar, parte dela, na mão de quem chegou na redação e está ali disponível. Às vezes é um foca⁸⁴, às vezes é alguém que está cobrindo dez, 30 coisas, e não agregou o mínimo de conhecimento em relação a isso. Nossos números e as entrevistas que a gente faz indicam isso. Parte do processo dessa cobertura vai meio no dia a dia da [cobertura] geral, do cotidiano, e ela cai na mão de quem estiver ali disponível. Então, o processo de qualificação e capacitação – embora existam universidades que estão avançando nessa direção, embora existam empresas que acordam um pouco mais para a necessidade de estar oferecendo conteúdo e treinamento qualificados sobre essas agendas – ainda depende do interesse do profissional por informação qualificada.

⁸⁴ Ver nota 29.

Em economia, é difícil imaginar que a pessoa vai fazer uma cobertura como essa do desenho do [novo modelo de exploração de petróleo na camada] pré-sal sem sair ouvindo 30 lados. É a importância que é dada ao fato, mas é também o tema, considerado nobre nas pautas dos veículos, e isso faz uma diferença.

E o preparo é um pouco guiado por essa questão da nobreza...

É verdade. Em Brasília, só para dar o exemplo, há jornalistas que falam “quero investir no social”, não necessariamente na infância e na adolescência, e os editores mesmos recomendam: “olha, isso é besteira, mas se você quiser se dar bem na vida, vai para a Esplanada dos Ministérios, vai para o Palácio do Planalto”. É ali que estão as melhores oportunidades, em termos de carreira, de êxito, de remuneração, de possibilidade de avançar mais rapidamente, é cobrindo a agenda política.

Conte como foi a evolução do monitoramento de mídia feito pela ANDI nos relatórios *Infância na mídia*. Quais foram os desafios que vocês enfrentaram ao longo do tempo e como foram se consolidando os instrumentos de análise de conteúdo?

Isso nasceu de uma forma muito orgânica. A ANDI era uma organização muito jovem, era um ponto de interrogação para muita gente da área de infância, que não via muito sentido naquela experiência. A mídia, para parte da militância, era considerada quase como inimiga. À medida que a ANDI começa a trabalhar em contato com as redações, mostrando a pauta [sobre direitos da infância] e avisando que havia valor jornalístico, colocando-se como um colaborador da empresa, a gente começa a identificar que esse tipo de estratégia está dando resultado.

Primeiro, porque o acesso às redações vai se tornando mais fácil, alguns bons contatos vão sendo estabelecido e as pessoas passam não só a receber bem as sugestões [de pauta], mas a buscar orientação. Então, vai ficando claro para a organização que aquela estratégia, aquela metodologia, tem eco. Mas tanto no diálogo com os atores sociais quanto no diálogo com as redações, começam a ficar no ar algumas questões.

Em primeiro lugar, está dando resultado, a gente começa a ver diferença no tratamento da pauta, mas o quanto essa mudança está mesmo acontecendo? É

quando, de uma maneira muito simples, muito básica, a gente resolve fazer uma avaliação, inicialmente quantitativa, dessa cobertura.

Na época, a gente já tinha material “clipado”⁸⁵ por uma empresa. A gente já tinha material clipado de seis meses a um ano, em larga escala, no Brasil todo. Inicialmente, a gente clipava de cinco a sete jornais. Em 1996, a empresa nos ofereceu um *clipping* muito mais amplo. A gente usava esse *clipping* para fazer as notas do boletim semanal *Análise do Clipping*, que era uma síntese, um resumo das principais notícias da semana, dando um mapa da cobertura do Brasil.

Pareceu um passo natural usar esse material, que estava ali à nossa disposição, para estabelecer um processo de avaliação sobre a cobertura, sobre variações da cobertura. Então, o sistema de classificação de notícia nasce a partir disso, da demanda interna da ANDI, a partir do diálogo com as redações e os atores sociais, no sentido de passar a dimensionar como estava se dando o desenvolvimento do processo. Nos parecia que estava evoluindo bem, mas era preciso passar a dimensionar isso de verdade.

Então, uma segunda demanda se colocou. Se estava indo bem, o que estava indo bem? Se estava indo mal, o que estava indo mal? Então, para ANDI, essa ferramenta também nos orientaria em termos de processo de mobilização, capacitação etc. [O relatório *Infância na mídia*] nasce, claro, como uma ferramenta muito mais simples do que a que gente tem hoje.

Quais foram os desafios que vocês foram enfrentamos ao longo dos relatórios?

A análise do conteúdo é um risco para quem gosta. Você vai se empolgando e sofisticando suas ferramentas até onde quiser. A ANDI passou por várias fases e, a cada ano, quando se fechavam os relatórios, estávamos discutindo os dados, conversando internamente, com os consultores, com as redações. Ficava claro que surgiam novas perguntas, que permitiam agregar mais alguns itens no nosso questionário e continuar evoluindo.

⁸⁵ O neologismo “clipar” refere-se à atividade de identificar e selecionar determinado material jornalístico. Vem do termo em inglês *clipping*. Tanto a palavra inglesa quanto o neologismo são correntes no jargão jornalístico, usado sobretudo no meio das assessorias de imprensa e nos departamentos de comunicação institucional das empresas.

Chegou um momento em que a gente viu que isso não tinha fim, que a gente estava complexificando, encarecendo o processo e, depois, na hora da apresentação dos resultados, não conseguia dar vazão à quantidade de informação. Extraía-se uma quantidade de informação genial, mas não podíamos fazer um relatório de 500 páginas.

Chegamos à conclusão, na virada de 1998 para 1999, que deveríamos manter nosso sistema de classificação cotidiano, esse que a gente faz sobre o cenário geral de temas ligados aos direitos da infância e da adolescência. Mantemos esse questionário mais compacto, não necessariamente estático, para responder as coisas que tenham surgido e que são fundamentais. E criamos as análises temáticas especiais e, nessas sim, a gente é livre para ampliar no que quiser o questionário e aí são documentos maiores.

Como foi a construção de ferramentas qualitativas?

A coisa vai evoluindo nesse caminho. Os informes começaram trimestrais, depois semestrais. Os primeiros informes, eu olho hoje, eram muito básicos. Basicamente são as tabelas, não tem nem interpretação. Depois, a gente viu que a periodicidade trimestral não tinha mais sentido, afinal as variações não são tão radicais de um período para outro.

A questão da “busca de soluções” está dada logo no início porque essa era a colocação da ANDI. Não iríamos avançar, não em termos de jornalismo, mas em termos de respostas às demandas sociais do país, sem uma discussão também dos caminhos para a implementação de políticas. Uma discussão que não só denuncia o problema, mas mostra o que seria possível fazer para enfrentá-lo. Quando você cria na apresentação da notícia a consciência de que existe uma solução para aquilo [o problema], você evidencia que está faltando vontade política. Ao se apresentar um cenário onde fica claro que soluções existem, nessa busca de soluções, você está denunciando uma omissão. Se não está ocorrendo ali, é porque não há vontade política.

Ao contrario do que inicialmente alguns jornalistas imaginaram, sugerindo que a ANDI queria um jornalismo cor-de-rosa, apenas sobre coisas boas, a ideia não era essa, era discutir do ponto de vista do enfrentamento daqueles desafios, discutindo quais mecanismos, quais políticas, quais programas poderiam levar a avanços nesse ponto.

Então, a identificação das questões qualitativas começou aí. Como isso já estava no DNA da mobilização da ANDI, a gente começou medir o quanto as reportagens avançavam nessa discussão. Agora, foi um dos pontos que gerou mais debates no processo de construção da metodologia. Logo depois, quando a ANDI, através de suas redes, começa a compartilhar esse material, esse foi um dos pontos que, nos treinamentos, na capacitação de outras equipes, sempre demandava aprofundamento.

A pergunta é: se eu menciono, numa matéria sobre a política de enfrentamento da questão da criança em situação de rua, que existe a casa tal, o programa tal, isso é busca de solução? Ou busca de solução é quando estamos discutimos se isso é eficaz ou não, se estou entrevistando o responsável, se eu estou falando com a ONG que tem alguma crítica ao programa governamental?

O critério qualitativo começa a trazer subjetividade...

Exatamente. E depois, começamos a enfrentar outros desafios, quando a gente começou a ranquear os veículos pela quantidade de matérias.

E depois pela qualidade...

Pela qualidade também. E aí, quando a gente começou a ranquear pela busca de soluções – o que, para nós, parecia genial – a gente teve que recuar, porque alguns jornais começaram a se destacar muito. E quando a gente olhava a realidade do veículo, em muitos estados havia uma apropriação dos meios de comunicação pelos redutos políticos. Então, essa questão da “denúncia” e da “busca de solução” fica muito enviesada pelos interesses políticos dos veículos. Havia uns jornais cujos níveis de matérias em “busca de solução” era muito grande, mas porque faziam propaganda das políticas governamentais.

Esses foram alguns dos desafios que a gente foi enfrentando pelo caminho. Hoje, o nosso kit qualidade está bem mais consistente, analisando ponto de vista de dimensão, orçamento público, políticas públicas, legislação, estatísticas, pluralidade de fontes. A gente acha que hoje temos um conjunto de indicadores que está respondendo de uma maneira bastante interessante.

São indicadores que mostram se há viés de busca de solução? É isso?

Não. O indicador “busca de soluções” é um deles. Nós temos “busca de solução”; a menção a políticas públicas; dentro de políticas públicas, a menção a dados orçamentários... Aí a gente vai aprofundando. Algumas vezes não na cobertura cotidiana, mas nas temáticas especiais a gente pode aprofundar: “menciona políticas públicas? Mas o que acontece com essa política? Ela está sendo só anunciada?”

Porque esse é outro drama: eu menciono políticas públicas, mas aí descobre-se que 70% das matérias que mencionam políticas é lançamento de programa, mas você não tem avaliação da implementação, você não sabe se a pauta se descola da política depois que ela é lançada. Você não tem uma investigação se a política está sendo eficaz, se está chegando até o principal beneficiado, se foi feita avaliação...

Como é possível, analisando os relatórios, fazer a distinção entre o que é factual e o que é mais contextualizado, dito especial?

A “busca de solução” é um indicador importante, mas ele não resolve tudo. Um caminho pode ser agregar essa série de outros indicadores, como nós acabamos fazendo ao longo dos tempos... Você indicar o nível de contextualização é importante, porque a busca de solução depende de algumas coisas. Uma delas é que, em algum nível, a sociedade, o Estado, já tenham se movimentado minimamente em relação àquela agenda. Muito difícil você sustentar um jornalismo só na denúncia de que a coisa não está acontecendo. Eu posso voltar àquela pauta de vez enquanto, eu posso continuar denunciando, mas não dá para fazer jornalismo só em cima da ausência de política. Então, quando algumas agendas estão desaparecidas, estão sempre embaixo no ranking de temáticas da ANDI, a gente sabe que parte do problema é do jornalista e parte do problema é do movimento pela infância ou do Estado, que não priorizam determinadas temáticas. Estamos trabalhando com minorias, estamos trabalhando com problemas que ainda não foram considerados prioritários na disputa da agenda pública.

Então, a “busca de solução” é um elemento, mas usar esses outros referenciais, para nós hoje, é um grande passo no processo. O foco de políticas públicas é um diferencial importante para a contextualização da matéria de qualidade. Estou falando do ponto de vista do jornalista, mas estou falando também do jornalismo contribuindo para o espaço mais amplo, para o

amadurecimento das políticas sociais. Então, a menção a políticas públicas a gente hoje considera um elemento importante e, se está agregado à busca de soluções, isso significa que se está discutindo as políticas. É um elemento que a gente considera central.

Agora, no geral, a tendência é mesmo a cobertura do dia a dia passar meio longe dessa questão da contextualização?

O tema mais frágil de todos é a violência, centrado muito no ato violento. É a cena do crime, o corpo estendido no chão. O menor foi morto ou roubou seja lá o que for, mas você não discute em que contexto se dá, por que razão se dá. Essa é a cobertura mais básica e a cobertura mais problemática. É a cobertura onde você vai descobrir que muitas vezes é no especial que você vai ter qualidade, na matéria que ganhou ou foi feita para ganhar prêmio. De vez em quando a gente recebe uma chamada “estou fazendo uma matéria aqui para ganhar o prêmio tal”. Nada de mau. O prêmio existe exatamente para isso, para fomentar maior interesse para aquela determinada pauta.

Então a gente acha que parte da cobertura vai continuar sendo mais factual e logo com menos indicadores de contextualização, ou seja, menos qualidade informativa, mas isso não significa que não possa haver avanço, que não seja necessário, que não seja fundamental dar esse passo.

Essa temática da violência particularmente tem resistido a melhorar em termos da prática jornalística...

Quando a gente fez o [relatório] *Balas perdidas* [em 2001], você deve ter visto, a gente procurou entender o que estava acontecendo nas redações. Quem mantinha editoria de polícia e repórteres setoristas? Se você lembra do quadro que está lá, os piores resultados estavam nesses jornais. Não era assim 100% fechado o quadro, mas havia 95% de convergência: os jornais nas piores colocações mantinham ainda editoria de polícia.

Naquela época, a gente teve um depoimento que a editoria de polícia era tão discriminada dentro da própria redação, que havia pelo menos um veículo – a gente não foi atrás disso quando soube – onde a redação de polícia não ficava dentro da redação geral. Eles ficavam em um canto isolado e não dialogavam cotidianamente com a redação. Isso gerava, como a gente bem colocou no *Balas*

perdidas, uma vinculação dos jornalistas muitas mais com as fontes policiais do que com as outras. Então, muito mais do que uma cobertura de polícia, ficava uma cobertura pela ótica da polícia.

Na época, uma agência da rede ANDI teve um depoimento do pessoal de comunicação da polícia, que, pensando seriamente em comunicação, viu que tinha que gerar o BO [boletim de ocorrência] já de uma forma parecida com um *realese*. Então, eles aprimoraram o processo para que o BO saísse facilitando a vida do jornalista.

Como você vê essa tensão entre a cobertura factual e a especial diante da crise no jornalismo impresso, em termos de redução das redações e até a redução de alguns veículos?

Esse é um grande desafio. Primeira coisa, em um cenário, digamos, mais normal – não sei quando, daqui para frente, vamos ter esse cenário; ou se vamos ter esse cenário um dia ou se essas transformações vão acelerar-se cada vez mais – a convivência do especial com a cobertura cotidiana é saudável e desejável. Especial é especial, porque é especial mesmo ou porque o veículo identificou na pauta uma produção jornalística de alta qualidade, que o mantém como um veículo de ponta. O jornalismo mais nobre muitas vezes acontece quando você investiga, quando tem dois meses para ficar mergulhado em um determinado assunto. Além do furo de reportagem, da denúncia, é em uma investigação mais bem aprofundada que você vai mostrar o seu melhor.

Agora, o que a gente tem visto é a tendência de isso se reduzir quando a gente compara à década de 1990, por exemplo. O número de reportagens especiais e cadernos especiais era bem maior. Hoje, isso está se reduzindo e acho que esse cenário de normalidade realmente está difícil de imaginar. Os jornais brasileiros estão até contra a corrente, mas há quem diga que isso é só um efeito conjuntural. Em médio prazo, a queda das tiragens vai continuar a se dar. O jornalismo de internet até hoje não se mostrou como opção...

Essa redução de reportagens e cadernos especiais é uma má notícia, ainda mais quando a gente verifica uma melhoria na qualidade da cobertura.

Por outro lado, e isso acho importante, essa mudança [a entrada da questão social na agenda] vai fazendo com que as coberturas cotidianas também

apresentem evolução de qualidade. O factual predomina? Predomina, mas você também tem um número maior de notícias que não são especiais, mas que foram lá investigar a nova política de educação que o governo está propondo, que estão investigando o que está acontecendo com as políticas de saúde, ou com as decisões que estão se tomando em termos de direito. Ou seja, o que seria a cobertura cotidiana voltada para o tratamento das políticas cresce em quantidade e qualidade.

O jornalista que trata da agenda social no Brasil, de uma forma ou de outra, vem integrando mais entre suas prioridades questões da agenda social que eram sempre colocados a margem. Nos últimos dez, 12 anos, gradualmente – não aconteceu a revolução mágica –, isso tem entrado mais na pauta e, num processo retroativo, a imprensa tanto tem ajudado esses temas a entrar na pauta como tem se alimentado dessas prioridades políticas que têm sido colocadas.

Não é que eu acho que o especial deixa de ser importante. Continua sendo importante, a ANDI inclusive aposta nisso, oferecendo prêmio. Agora, o fato de isso estar se reduzindo não vai implicar necessariamente, no cômputo do ano – vamos pegar um período de 12 meses –, que você vai ter uma queda, seja no quantitativo, seja no qualitativo. Agora, se você vai ao caso específico, tem uma perda de material, de fôlego de investigação. Isso a gente vê no Concurso Tim Lopes.

Na América Latina, o Brasil está na vanguarda?

Depende das questões. Por exemplo, a questão da participação das crianças e adolescentes, a convenção sobre os direitos das crianças ou para o estatuto sobre o conhecimento da criança como ator no seu espaço, para se colocar na sociedade, ser ouvido, contribuir nas decisões que são importantes. Há países em que isso está mais avançado, onde a imprensa entende a criança e o adolescente como interlocutor, como uma fonte de informação sem ter termo pejorativo.

Este ano, pela primeira vez, em todos os países que estão fazendo monitoramento, a educação está em primeiro lugar. Isso, ao longo dos anos, foi amadurecendo. Hoje, a educação é uma pauta coberta por todos os países.

O nível, por exemplo, de presença do governo como fonte essencial, como fonte prioritária, varia muito. Geralmente é sempre a primeira, mas o percentual

de domínio varia muito: você tem país em que é de 30%, tem países em que é de 50%.

7.3. Entrevista com Eduardo Auler

O jornalista Eduardo Auler, chefe de reportagem do jornal carioca *Extra*, foi vencedor do Prêmio Esso em 2006, na categoria Reportagem, com série de matérias sobre evasão escolar, publicada em abril daquele ano. A entrevista foi concedida na sede do jornal – no mesmo complexo que abriga os demais jornais das Organizações Globo, no Centro do Rio de Janeiro – em 27 de agosto de 2009.

Resuma sua trajetória profissional.

Estou com 11 anos de jornal *Extra*. Comecei como repórter. Cobri especificamente São Gonçalo, porque na época era um desafio do jornal tentar uma cobertura maior nas áreas que tivessem o perfil do leitor que o *Extra* pretendia atingir, que era o leitor da classe C. E aí tinha sido feita uma pesquisa, na época do lançamento do *Extra* [em 1998], que apontava que 70% da economia carioca poderia ser classificada dentro da classe C e, dentro dessa parcela, 70% não liam jornal. Então o jornal se especializou bastante para esse público. É mais ou menos o mesmo público que *O Dia* vinha trabalhando.

Eu comecei cobrindo São Gonçalo, que era uma área importante para o jornal. Tinha vindo de *O Dia*, em Niterói. Trabalhei um ano e meio em *O Dia*. Antes de *O Dia*, trabalhei no *Fluminense*, também em Niterói. Estudei na UFF [Universidade Federal Fluminense]. Comecei um pouco antes, no jornal *A Notícia*, que era um jornal editado pelo grupo *O Dia*. Era um desses jornais que, se espreme, sai sangue, mas foi interessante. Comecei, se não me falha a memória, em 1996 ou 1997. Aí eu fui pulando: um ano, um ano e pouco em cada jornal até chegar no *Extra*, em 1998.

Você se formou em que ano?

Acho que me formei em 1996... Não tenho certeza, mas acho que foi em 1996. Porque eu comecei a trabalhar já no meio da faculdade, em um ritmo muito forte. Não parei muito não. Depois que me formei – na época em que estava em *O*

Dia –, em 1998, eu vim para cá [para o *Extra*]. Em *O Dia*, eu acho que fiquei um ano, de 1996 a 1997. A minha contratação em *O Dia* dependia da minha formatura e foi o que aconteceu: eu me formei e fui contratado pelo *O Dia*, mas logo depois pintou a prova para o *Extra*. Eu fiz a prova e entrei.

Você fez parte da primeira redação do jornal?

Sim, desde o início. E vim da turma da prova. Não vim da turma dos indicados. A redação foi formada por uma turma que tiraram de *O Dia*, uma turma que tiraram do *Jornal do Brasil*, outra que pegaram aqui do *O Globo* e outra de pessoas novas. Abriram concurso para isso. Acho que foi o último concurso para jornal e eu entrei nessa leva. Comecei como repórter em São Gonçalo. São Gonçalo é o perfil: acho que é o segundo ou terceiro município em população no estado, tem uma aceitação muito grande para jornal ali e meu desafio era cobrir essa área.

Trabalhei ali durante dois ou três anos e, logo depois, tive a oportunidade de fazer uma série de reportagens sobre educação. Já estava vindo mais aqui para o Rio. Eu fiquei um ano forte em São Gonçalo. Assim, eu comecei fazendo boas matérias e comecei a ampliar minhas fontes e a vir mais para o Rio. Me deparei muito com a área de educação, que era uma área que eu gostava bastante e aí foi algo que norteou minha carreira e, até hoje, ela está muito pautada em relação a isso. É um assunto de que eu gosto bastante e comecei uma luta aqui dentro do jornal para que pudéssemos fazer uma cobertura de educação que permitisse uma reflexão maior, que permitisse uma abordagem mais minuciosa, uma coisa mais estratégica, que não ficasse apenas na pronta resposta. Não uma coisa de você esperar alguém fazer uma denúncia e ir lá fazer a matéria, o que era muito comum. Um problema na matrícula, um problema de estrutura de escola.

Eu, meio inconscientemente – não vou falar que foi alguma coisa pensada, acho que foi uma coisa natural mesmo, essa coisa de curiosidade jornalística –, comecei a cobrir educação, que é uma área que eu comecei a cobrir e que eu gostava bastante.

Me entusiasmei muito no *Extra* essa questão de trabalhar com personagens, que era um jornalismo diferente até então. A gente se envolvia em desafios, pelo menos foi essa mensagem que a gente entendeu quando começou no *Extra*: trabalhar com personagens, trabalhar com histórias de pessoas, partir dessas

histórias para poder contar determinadas histórias. Então, isso para mim foi uma prática muito grande. Aconteceu muito isso em São Gonçalo.

Uma vez, teve um acidente na Ponte Rio-Niterói. Caiu uma roda de um caminhão em cima de um cara e aí eu corri atrás da história. Eu fui à Polícia Rodoviária Federal, fui à Ponte, peguei os dados, mas me interessava por quem tomou um pneu no Rio de Janeiro em pleno século XXI. “Quem era esse cara?” Aí eu fui ao [hospital] Miguel Couto e fui descobrir a história do cara. Descobri que ele tinha sido demitido naquele dia, descobri também que o cara da empresa que o demitiu estava no hospital e quando viu que ele estava contando na entrevista que tinha sido demitido, o cara falou assim: “ele não está demitido, está recontratado agora”. Isso no meio da maca... Foi muito legal porque eu comecei a matéria de uma forma meio de personagem. Acho que foi meio isso que me qualificou para chegar à série de reportagens [vencedora] do [Prêmio] Esso. Comecei a matéria assim: “foi preciso escapar da morte para ter o emprego de volta”. Aí eu fui contar a história do cara e, depois, a história do acidente.

Depois, eu tive acesso a um estudo sobre educação, falta de professores, não sei o quê... Um megaestudo, com relatórios que foram feitos em CIEPs [Centro Integrado de Ensino Público], que o governo tinha jogado na gaveta. Aí eu preparei minha primeira série de reportagens em educação. Com ela, ganhei um prêmio internacional da SIP [Sociedade Interamericana de Imprensa], em 2001. Logo depois, virei chefe de reportagem aqui no *Extra*. Em 2005 para 2006, comecei a fazer a série sobre educação [vencedora do Prêmio Esso].

Na chefia você ficou afastado da reportagem?

Sim. Procurei, como chefe de reportagem, investir bastante em educação. Comecei a pautar muitas matérias sobre educação, a partir até do prêmio mesmo. O primeiro prêmio de reportagem que o jornal ganhou foi esse, em 2001. E daí nós fomos levando essa experiência para dentro da cobertura diária, ganhando um *know-how* nessa cobertura, investindo em personagens, até que, em 2006, eu me deparei com um *release* vindo de um secretário de educação, que mandou um projeto para gente. Foi a origem dessa matéria.

O *release* dizia que a secretaria ia colocar em prática um projeto para “caçar” alunos que estivessem fora da sala de aula. Eles iriam botar alunos atrás de alunos, para tentar evitar a evasão escolar. E aí, no meio do *release*, tinha uns

números [sobre evasão escolar]: 20%, 30%. Aí eu bati o olho naquilo e falei: “cara, como assim 20%, 30%?”. Aí eu comecei a fazer conta. Fiz umas contas e fui buscando dados. Quantos estudantes são? O que significa 20%, 30%? Cheguei a um número... Aí eu disse “caramba, não pode ser isso”. Um número de mais de 100 mil alunos por ano de evasão. Eu falei: “não... como assim... eu quero contar essa história”.

Eu era chefe de reportagem, ia sair de férias em janeiro. Saí de férias, teoricamente, da chefia, porque já estavam planejando colocar outra pessoa em meu lugar e comecei a fazer o trabalho. Eu falei: “não vou sair de férias não: combino aqui com o jornal e vou apurar essa matéria”. E comecei a apurar essa matéria nas férias, o que foi um desafio tremendo, porque eu tinha que achar as pessoas e os colégios estavam praticamente fechados. Mas eu falei “é agora” e comecei...

Montei uma rede de informações de pessoas que conheciam educação por dentro, que trabalhavam em lugares distantes, que tinham feito um projeto, que já tinham levantado essas informações de uma forma preliminar e aí eu fui buscando os personagens, fui pegando as histórias e fui pegando os números e fazendo as duas coisas ao mesmo tempo: indo para rua, pegando as histórias e os personagens. Escutava um professor falar, entrevistava professores: “você conhece algum aluno? Conheço fulano que foi preso não sei onde”. Aí eu batia as informações, ia ao presídio atrás dos caras, ia nas comunidades daquelas pessoas, pegava aluno para ir comigo. Fui trabalhando, durante três ou quatro meses, até que desse origem a essa reportagem, que foi basicamente montada com base em personagem. Uma tradição lá de trás do *Extra*, de contar histórias de personagens.

Você cita nas reportagens que foram cerca de 150 entrevistas.

Foram mesmo. Só num dia eu fiz quase 40 entrevistas. Eu aproveitava eventos da secretaria de educação. Teve uma vez que teve um evento com alunos que tocavam música, no [estádio] Caio Martins, uma apresentação de bandas e escolas de música. Então, iam estar lá mais de 600 alunos de todo o estado. Eu fui para lá e passei o dia lá, catando professores e perguntando: “vem cá, conhece alguma história? Conhece algum aluno?” E conversando com aluno: “vem cá, você é líder do seu colégio? Me conta aqui de qual colégio você é? Você conhece

algum aluno que saiu?” “Ah, conheço sim, uma menina que se prostituiu, outra que não sei o quê”.

Só naquele dia, eu fiz umas 40 ou 50 entrevistas com alunos, pegando dicas. Era rápido, fazia uma fila. Os professores me ajudavam e eu ia falando rápido: “seu nome? Sua escola? Seu telefone de contato? Você conhece alguma história?”. Depois eu fui fazer os contatos novamente, para registrar os casos mais difíceis. Aí foi o tempo de apuração...

Você voltou de férias?

Eu voltei de férias, mas fiquei fora de pauta direto. O trabalho foi andando... Comecei a trazer casos que ninguém parava para pensar que existiam há muito tempo, mas o jornal não tinha pensado em fazer matéria. Estudantes que se prostituem, estudantes que usam drogas... Então eu pegava cada coisa... Uma professora falou: “tem uma aluna em [Nova] Friburgo que não passa de ano. Quer sempre ficar na quarta série para vender droga”. Então, ela tinha repetido de ano três vezes para continuar sendo a rainha do pedaço. Ela era mais velha, tinha o respeito por ser mais velha e mantinha essa influência sobre as turmas mais novas. Ela não queria avançar, ela queria vender drogas.

O mais legal nessa matéria é que eu fui encontrando, dentro da própria secretaria [estadual de Educação], por meio dos professores, trabalhos que eles tinham feito sobre evasão escolar que o próprio Estado tinha ignorado. Esse trabalho de visitação de estudantes ocorreu durante um tempo, mas depois parou. Eu aproveitei a experiência desses professores, que tinham levantado de alguma forma esse trabalho, e, com a ajuda deles, fui mapeando onde estava a evasão escolar.

Não existe pesquisa oficial sobre isso, pelo menos na época não tinha. Qual o motivo principal da evasão escolar? O Estado não tinha, o município não tinha. Ninguém tinha uma pesquisa oficial, então eu tive que montar minha própria pesquisa. Eu fui a partir desse projeto, que era uma bobagem a principio, mais um projeto que o governo anuncia e leva para frente, mas tinha toda uma experiência, que foi ignorada, de profissionais que sabiam mais ou menos qual era a situação da rede. A partir das entrevistas que eles fizeram, fui fazendo as minhas entrevistas e fui, mais ou menos, identificando quais eram as principais causas.

Eu dividi a matéria em sete dias e elas foram divididas por assunto. Então o primeiro dia foi de apresentação, depois foi trabalho, depois botei as famílias como problema da evasão, porque acontece bastante. Eu lembro do título que eu tinha posto: “O castigo foi sair da escola”. Foi uma mãe que castigou a filha porque ela fugiu com o namorado e o castigo foi impedi-la de ir à escola, porque a escola é onde o mundo se abre para você.

Foram feitas 153 entrevistas, todas gravadas, não tem nenhum *off*⁸⁶ na matéria. As pessoas não estão identificadas por uma questão de segurança, mas todas as entrevistas estão guardadas – tenho mais de dez CDs de entrevistas. Tenho uma pilha de depoimentos de alunos, de professores, de trabalhos que eu consegui reunir, que provam tudo que está na matéria, sobre prostituição, sobre violência, relatos de professores que falam de alunos e eu usei para a matéria. É uma reportagem totalmente catalogada, mas não houve a pretensão de fazer uma estatística sobre isso.

Ela foi publicada logo em seguida desses três meses que você ficou fora da chefia de reportagem?

Foi. Foi publicada em abril.

De uma forma geral como é que surge o seu interesse profissional por causas sociais?

Foi muito por acaso assim. Eu tive uma boa relação com a escola. Não tenho nenhum trauma com a minha escola. Em relação à educação, eu sempre gostei. Era um tema que me interessava e surgiu muito nessa primeira reportagem que eu fiz.

Eu trabalhava em São Gonçalo, uma sucursal, era muito pesado, era uma rotina pesada de trabalho, trabalho árduo. Quando eu comecei a ir para o Rio surgiu a possibilidade de trabalhar com temas sociais. O *Extra*, quando começou, tinha um perfil muito forte de polícia, como tem até hoje. A maioria dos profissionais do *Extra* fazia temas policiais. Os repórteres se especializaram em temas policiais. Você tinha excelentes repórteres de polícia, mas você não tinha um grande repórter de cidades no *Extra* nessa época. Eram todos ali batendo

⁸⁶ Ver nota 68.

cabeça, diferentemente de polícia, em que você tinha ali profissionais já tarimbados que vieram compor o jornal, que serviram de espelho para os mais novos.

Mas em cidades não havia essa estrutura montada. Eram todos novos ali, batendo cabeça por esses assuntos. Eu não gosto de tema policial, não sou muito fã. Tudo bem que já ganhei um prêmio Tim Lopes por uma reportagem policial, uma série de reportagens do *Extra* e do *O Globo*, publicada nos dois jornais, sobre mulheres no tráfico. Mas não era um tema que me interessava tanto. Essa área tem muita gente, que sabe fazer melhor do que eu. Aí surgiram esses temas de cidades. Por eu gostar de contar história de personagem, foi meio natural, porque era interessante. Pode ser matéria no lixão, pode ser em uma escola, você tinha gente ali para contar suas histórias. Você partia da pessoa, como aconteceu naquele acidente de trânsito. Por ser um tema do *Extra*, você está falando de pessoas mais desprovidas, está falando de pessoas carentes, às quais os temas sociais estão totalmente ligados. Então, a história do personagem servia para contar uma história toda.

Não fui guiado por nenhum idealismo específico. Foi um trabalho muito natural, provavelmente até pela minha formação, pelo hábito de leitura, você acaba levando isso de uma forma inconsciente. A educação é um tema fantástico. Ao falar sobre educação, você acaba contando milhões de histórias de pessoas. Depois desse prêmio que ganhei, eu pensei: “olha esse nicho que eu estou! Olha que fantástico!”. Essa matéria que eu fiz era sobre o abandono dos CIEPs. O [ex-governador do Rio de Janeiro Anthony] Garotinho, quando assumiu, fez um levantamento sobre os CIEPs, havia relatos de professores. Ele mandou um professor para cada CIEP e os professores se tornaram testemunhas do horror que eram os CIEPs. Essa matéria foi ótima, porque eu tive uma visão muito ampla sobre como estava a educação e consegui fazer uma boa matéria, baseada em personagem.

A educação é uma boa causa para se trabalhar, afinal nós temos uma rotina muito sacrificante. Uma coisa é você ter que trabalhar – pelo menos para mim – sabendo que eu vou pautar uma matéria de educação. Hoje em dia, eu pauto matéria de educação. Ontem, mandei uma repórter para Mangaratiba. Uma escola rural de Mangaratiba, de educação para jovens e adultos, está concorrendo a um

prêmio nacional do MEC [Ministério da Educação] por uma experiência com pessoas analfabetas.

Pela sua experiência como chefe de reportagem, como está o preparo dos jornalistas em geral para lidar com a cobertura da exclusão social?

Não tenho dúvidas de que os profissionais hoje têm consciência, isso pauta o trabalho sobre as questões sociais. Eu vejo que tem repórter de polícia, aquele cara que acompanha operações policiais o tempo inteiro, e aí ele de vez em quando vem com uma matéria e diz “a gente poderia fazer uma matéria sobre pessoas excluídas dali”. Tem esse olhar.

O que acontece hoje no jornalismo, na minha opinião, é que as redações estão vivendo com infraestrutura insuficiente para dar conta da quantidade de notícias que surgem diariamente. A gente está muito desaparelhado. De um modo geral, as redações perderam muita força em termos de estrutura. Temos uma quantidade de repórteres insuficiente para trabalhar temas sociais como deveriam ser tratados. Acho que consciência a gente tem, mas as redações têm poucas possibilidades de trabalhar isso.

Às vezes, temos um tema social, mas a gente vai criar uma demanda por um investimento maior para essa matéria. Você vai ficar mais tempo produzindo, vai levar mais tempo procurando personagem, fazendo as coisas, discutindo para emitir uma análise muito maior do que simplesmente fazer uma matéria do que aconteceu ali. Aconteceu um acidente, você vai lá e faz; aconteceu a prisão de um cara, você vai lá e faz. Num tema social, você não pode chegar ao local, ficar dois minutos ou meia hora, e publicar matéria sobre isso. Os temas sociais exigem um maior investimento, maior investimento em equipe.

Hoje em dia, os jornais estão cada vez com mais dificuldades para fazer reportagens sociais, mas não acho que seja porque os repórteres não querem. Acho que há uma dificuldade de se trabalhar. Se você for pensar, hoje, em qual redação você tem um Amaury Ribeiro Jr., um cara que fica praticamente fora de pauta, que se pauta sozinho, que fica três meses fazendo uma matéria?

As redações estão cada vez com menos condições de ter repórteres assim e a velocidade, hoje, permite menos reflexão. A gente está vivendo uma explosão de tecnologia, com o boom da internet, de redes sociais, no Orkut, no Twitter. As notícias são muito mais rápidas, cada vez permitem menos a reflexão. Os jornais

estão desesperadamente fazendo as adaptações para entrar nesse circuito. Isso é um outro fator que deixa os jornalistas estrangulados. Você está com uma notícia aqui, daqui a pouco um site publicou outra coisa ali, e você tem que correr atrás daquilo. Daqui a pouco vem outra notícia. O leitor também está mais próximo e começa a trazer mais demanda. A demanda e a oferta de informações aumentaram muito, e a capacidade de produzir, de analisar, de ir buscar é muito menor. Os jornais estão com muitas dificuldades nisso.

Como você acha que essa conjuntura está se refletindo nas práticas jornalísticas?

A gente está vivendo um novo modelo. Não sei onde ele vai parar, mas a gente tem hoje uma dificuldade muito grande para trabalhar com a velocidade e com a oferta de informação. A oferta de informação é muito grande. Chega muito mais informação do que o jornal consegue captar. Hoje, se você for fazer uma matéria especial com temas sociais, ela vai exigir muito mais esforço do que antigamente, porque hoje você tem uma equipe menor, porque as equipes estão envolvidas com os assuntos que chegam.

Até alguns anos atrás, não havia celular, não havia internet, nem a velocidade que temos hoje. Sabia-se muito menos. Os jornais, para saber das notícias, tinham que ter setoristas. Hoje em dia, as pessoas cobrem uma assembleia legislativa sem ir lá, porque todos os deputados têm um assessor de imprensa que passa a notícia para você.

Tem muita gente que liga para cá, passa *e-mail*. Então aumentou muito mais a oferta [de informação]. Antigamente, o setorista ia à Alerj [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro] e fazia a notícia. Aqui, ninguém ficava sabendo, porque, quando estava lá, ele era os olhos. Hoje em dia não. Os atores sociais estão muito mais preparados para fazer notícia do que antigamente. Todos produzem muito mais. Antigamente, um deputado não produzia tanta notícia. Hoje, acho que 60% dos deputados Alerj produzem notícias o tempo inteiro, com seus assessores. E são boas notícias, dão informações boas. Os órgãos oficiais do governo também estão muito bem aparelhados para divulgar informação de projetos e de tudo o mais.

Você acha que a cobertura está empobrecendo por causa disso?

Sem dúvida nenhuma. A gente às vezes não reflete aquilo que deveria refletir. Tem uma expressão que eu adoro: de vez em quando as matérias não dormem. Quando a matéria é muito boa, ela precisa “dormir”, para que você possa refletir no dia seguinte. Mas às vezes não dá tempo, porque tem o risco de o concorrente publicar, ou de parte da notícia sair na internet e você não conseguir fazer.

Essa velocidade e essa competição empobrecem por um lado, mas, por outro lado, essa correria, às vezes, está cegando muito a gente. O jornalista que hoje consegue pegar alguns assuntos, trazer para si e refletir, vai trazer bons materiais lá na frente. Há também possibilidades muito grandes. A velocidade, por outro lado, abre portas, porque permite que você faça um trabalho mais eficaz, independentemente de a notícia ter saído.

De qualquer forma é um modelo que ainda não está bem estabelecido.

Eu acho que não. Ainda estamos aprendendo a trabalhar. Há possibilidades. “Ah, saiu essa notícia, mas saiu assim, de qualquer jeito. Vamos pegá-la, trazer para cá e trabalhar melhor para publicar.” É o que a gente está fazendo. Hoje, coordeno duas reportagens nesse sentido. Notícias que saíram por aí, matéria que foi ignorada, que saiu em notinha, mas não viram seu potencial. A gente vai trabalhar isso, vai dar e vai ser legal. O trabalho está sendo bem produtivo.

Como está o preparo dos jornalistas que estão chegando ao mercado para trabalhar com causas sociais, especificamente com a educação e com a questão da exclusão social de crianças?

Os jornalistas estão atentos para isso. Eu vejo uma geração muito bem preparada, mais preparada que a minha. As pessoas que entram aqui no *Extra* e em *O Globo* fazem um processo de seleção muito rígido, muito competitivo, no programa de estágio. Os estagiários têm hoje um domínio muito grande da língua portuguesa, de outros idiomas e de ferramentas tecnológicas, o que facilita muito a busca de informações. Vejo que o repórter mais antigo não tem essa facilidade toda. A concorrência é muito grande nos cursos de jornalismo. Acho que hoje é um dos cursos mais procurados nas universidades, o que faz uma seleção muito forte. As pessoas que entram aqui, entram bem preparadas, entram interessadas

em fazer, em ter um olhar diferenciado, em fazer matérias legais. De vez em quando, até propõem matérias para as quais ainda não estão capacitadas.

Se a gente for pensar sobre as causas sociais, acho que isso é muito particular da formação de cada jornalista. A formação permite que os profissionais tenham um acesso maior ou menor às causas sociais. Acho que isso vai muito de cada um, como a própria ética no jornalismo. A gente não tem uma ética padrão. A maior ética que existe é de cada um, é você saber seu limite. Acho que [a ética] não é algo tão assimilado. A gente tem aula de ética na universidade, mas quando entra aqui [no mercado de trabalho] não se fala muito em ética. A gente vai aprendendo, dando algumas cabeçadas, errando aqui, errando ali, mas ela vai muito mais pelo lado pessoal de cada um.

Não há formação na faculdade voltada às questões sociais. Você não entra na faculdade para ser o bom samaritano do jornalismo. Pode haver idealismo, mas a universidade não prepara o jornalista para ter um olhar voltado às causas sociais. Acho que é muito mais uma posição de cada um. É normal hoje o jovem ter uma preocupação social, mas também não há um modelo [de jornalismo voltado para as causas sociais]. As universidades não ensinam a trabalhar nisso, nem a redação vai ensinar. Ninguém vai entrar na redação com um manual de causas sociais, mas acho que tem espaço e aí vale muito a forma como se coloca isso.

[Por exemplo], a gente fez um personagem que ficou marcado. Um fotógrafo foi à favela de Manguinhos [na Zona Norte do Rio] fazer uma matéria, quando começaram as obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo governo federal em 2007], e viu um garoto lá, mergulhando numa poça de lama, no esgoto. O garoto nadando. O fotógrafo foi e fez a foto. Depois trouxe aqui para redação e “vendeu” a foto. O jornal foi e “adotou” o garoto. Ele se chama Cristiano.

Demos uma matéria sobre a situação do Cristiano na favela. Escolhemos um garoto que representasse todo um contingente da favela de Manguinhos, mostrando a falta de estrutura básica, que leva um garoto a brincar em uma poça de esgoto. A partir da história desse garoto, fomos falando da exclusão social em que esses garotos viviam. Ele estava indo muito mal na escola. Depois, ele foi recebido pelo presidente [da República, Luiz Inácio Lula da Silva], quando teve um evento do PAC na favela. O presidente chamou o garoto no palco e falou: “vou construir uma piscina para que você nunca mais nade no esgoto”. Logo

depois, esse menino foi convidado a ter aulas [de natação] no Tijuca Tênis Clube. Ele passou a ser adotado assim por algumas pessoas. Ele aprendeu a nadar, a família dele ganhou uma casa dentro do PAC, houve uma discussão maior sobre a questão das crianças.

Agora, é óbvio que se você for fazer uma análise mais profunda, a gente fez, dentro das nossas possibilidades do jornalismo, uma abordagem superficial. A gente pegou um personagem e mostrou uma questão de exclusão [social]. A gente não faz um tratado, não faz um estudo sociológico sobre a questão. De repente, seria interessante se o jornal pudesse fazer isso de forma eficaz, mas acontece que hoje é meio difícil.

Eventualmente, porém, a gente acerta com esses temas quando pega uns personagens e coloca como exemplos, como a gente fez em relação à aprovação automática. Coordenei várias matérias sobre esse tema, para mostrar: “esse aluno está na quarta série, tem 10 anos e não sabe ler e escrever”. Como jornalista, eu queria fazer algo melhor, daria para fazer algo melhor, mas aí nós tínhamos que ficar de quatro a seis meses fazendo o trabalho. Seria quase uma tese de mestrado, que faz uma análise quantitativa, analisa questões sociais, questões econômicas. E hoje em dia os jornais não têm como fazer isso.

Você acha que os jornalistas têm preparo para aproveitar outras coisas que são produzidas sobre essas questões, como estudos sociológicos e antropológicos?

Na verdade falta uma aproximação muito grande dos jornais com o meio acadêmico. Não sei por que nós temos essa distância toda. É uma coisa impressionante. Fui em um congresso, em 2006, de jornalistas especializados em educação, organizado pela fundação do Gabriel García-Marquez [a Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano]. Lá havia uma discussão, no seminário, entre os jornalistas e os assessores de imprensa das universidades. Havia uma briga muito grande entre eles, porque as questões acadêmicas eram discutidas nos jornais e as questões dos jornais eram discutidas no meio acadêmico. Havia ali uma discussão muito grande e eu fiquei sei entender no início: “como assim? Eu nunca discuti com o assessor de imprensa da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. O assessor da Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], nem sei quem. Não os conheço pessoalmente.”

Há um hiato muito grande entre o meio acadêmico e o jornalismo. A gente não tem acesso à maior parte das pesquisas e sempre quando somos citados [pela academia] é de forma crítica. É sempre como se os jornais fossem os vilões. Claro que boa parte das críticas deve ter suas razões, mas é muita ingenuidade pensar que os jornais são culpados de tudo. Não existe aqui nenhuma marionete. Os jornais têm uma estrutura viva, apesar de todo o controle que possa haver. As universidades não nos oferecem os estudos e, quando nos oferecem, oferecem em entrevistas coletivas. Como você vai pegar um estudo de 500 páginas para publicar no dia seguinte? É impossível...

Em geral, desde o ano em que você começou, o jornalismo melhorou ou piorou?

Tenho a impressão de que, quando comecei, fazia-se mais reportagens especiais, mais cadernos. Trabalhava-se melhor com esses temas, eu acho. Eu tenho essa impressão... Acho que era muito mais comum você ter grandes projetos na redação, três meses fazendo uma matéria, com viagens...

Mas e em termos de qualidade da cobertura?

Havia mais capacidade de fazer [grandes reportagens], por isso era melhor. Havia grandes profissionais trabalhando. Hoje em dia, temos menos possibilidade. Bom jornalismo custa dinheiro. Se você tira dois repórteres da pauta, perde dois profissionais trabalhando no dia a dia. As empresas hoje estão muito enxutas, por isso que acho que é mais difícil fazer isso. Piorou porque havia mais capacidade de fazer [grandes coberturas]. Não que hoje em dia não tenha vontade.

Como a questão social é vista dentro do jornal? Há apoio da direção para esse tipo de pauta?

Depois que ganhei esse prêmio, em 2001, o jornal parou: “caramba, educação é realmente um tema muito bom de trabalhar.” É um tema que traz retorno, não só em prêmios, mas um retorno de leitor. Tivemos um retorno muito grande de pessoas ligando e dizendo “que legal essa matéria”. A redação meio que adotou a cobertura de educação. O *Extra* é um dos jornais que cobre melhor educação.

Hoje em dia eu fico mais tranquilo porque não sou só eu que penso [em educação]. Como chefe de reportagem, a sementinha que plantei lá atrás floresceu. Hoje nós temos repórter aqui que, naturalmente, quando temos pautas sobre educação, já me mandam a sugestão. Sabem que eu gosto e que é importante.

A educação se tornou algo muito importante, como a segurança foi no passado. Cobrir segurança no momento em que a violência aumentava, era importante para cidade. Hoje em dia, você tem um movimento natural da sociedade em prol da educação. É quase unânime: se você não investir em educação, o negócio não vai para frente. O jornal sabe disso e faz questão de trazer matérias sobre educação.

E vejo, hoje em dia, na área de segurança, um trabalho muito forte para trabalhar com temas de polícia cidadã, com uma polícia que pode dar certo. Eu vejo que a gente tem trabalhado bastante com esses temas, com bons exemplos na polícia.

A linha editorial do jornal dá espaço para buscar coberturas especiais ou tende a puxar para o factual?

Tem espaço para matéria especial e é o que estamos fazendo. Estamos com três especiais em andamento, sendo uma matéria só para daqui a um ano. Ela é feita uma vez por mês, mas é feita. A gente está acompanhando uma determinada situação. Vai tocando de pouquinho. Até porque a redação trabalha com uma logística de empresa. Tirar um repórter um mês da pauta às vezes não resolve. Ele pode precisar estar fora de pauta apenas em determinados momentos.

Isso é mais uma iniciativa pessoal sua e de outros repórteres ou a direção cobra?

Tem uma iniciativa muito forte nossa, mas tem uma receptividade muito grande também...

Não tem que ficar lutando para vender?

Não. Geralmente, sempre emplaca. Às vezes, não preciso nem pautar. Por exemplo, hoje foi inaugurada uma escola em Bangu, porque a antiga escola que tinha pegou fogo. Cheguei hoje, já tinham mandado fazer uma foto. O pessoal já

sabe a importância. Por exemplo, a Claudia Costin [secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro] começou com um desafio enorme, de discutir aprovação automática, de fazer mudanças, de recuperar uma rede. Quando ela assumiu, eu a trouxe na redação. Antes de ela assumir, quando foi escolhida. Eu a trouxe para fazer uma visita à redação, conversei com ela sobre isso. A partir de então, o próprio diretor de redação já falou: “temos que cobrir, não podemos tirar o olho dela”. Hoje em dia, há um consenso muito forte, como há um consenso sobre a segurança. A educação virou um tema bem forte.

Como fica a função social do jornalismo, diante dessa conjuntura de transição de modelo?

Se você está em uma redação, tem que pensar de forma social, independentemente do caráter empresarial do veículo. O mais importante é saber equilibrar isso. Você está em uma empresa privada, que vende conteúdo. Isso é um fato. Acho que um jornalista tem que saber isso. A empresa precisa vender, se não, ela não sobrevive e não tem independência.

O que significa isso? Significa que você hoje tem um apelo muito forte por questões de celebridade. A celebridade é algo que movimenta e interessa ao leitor. Ou seja, não adianta você pensar causas sociais, se você não pensar no leitor. É preciso fazer esse equilíbrio entre o que o leitor quer e o que você quer. Você tem que ter uma capacidade de reflexão muito, forte porque os meios tecnológicos permitem isso. Quando você está em um *site*, a audiência vai dizer para onde você vai. Isso é uma nova tendência de análise de notícia. Se você pensar nos *sites*, as notícias mais lidas são de celebridades. O que é importante, o interessante desse jogo é equilibrar isso. Tem que ter espaço para todo mundo: espaço para celebridade, espaço para esporte, mas também espaço para notícias sociais, que, quando publicadas, fazem o maior sucesso.

O jornalismo continuará tendo capacidade de contribuir para mudanças sociais no Brasil?

Acho que a gente está no campo... A classe C, hoje, está conseguindo ter acesso à internet. Foi feita uma pesquisa: o Complexo do Alemão [conjunto de comunidades carentes na Zona Norte do Rio] tem 300 *lan houses*. Existem lá milhares de pessoas conectadas com o mundo, com suas redes sociais, no Orkut.

Essas pessoas sabem o que elas querem. O nosso desafio hoje em dia é escutar essas pessoas e levar notícias que interessem a elas. O jornal que não escutar isso vai se perder. Então o jornal tem que saber ouvir essas pessoas. Como você vai atingir um jovem desses se você não falar o que ele quer?

Se o jornal só for falar de determinado tipo de assunto, ou vira um jornal esportivo ou um jornal de fofoca. Agora, o jornal também não pode virar uma publicação de universidades, só sobre teses. Ele tem que saber fazer esse meio de campo. Pelo menos é o que a gente tenta fazer... Estou falando muito mais como jornalista do que como um funcionário de uma redação. É obvio que o jornal tem a questão da sobrevivência financeira. Agora, como jornalista, meu desafio é buscar esses temas. Fazer uma reportagem sobre música ou sobre exclusão, para mim, é muito mais interessante do que fazer outro tipo de matéria.

Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Só que a gente está vivendo uma transformação. Acho que os jornais estão descobrindo seus novos caminhos, olhando a sociedade como um todo. Hoje, as inscrições para [o vestibular das] universidades só podem ser feitas pela internet. Ninguém manda mais nada pelos Correios, o cartão de confirmação chega por *e-mail*. A sociedade como um todo está vivendo essa transformação tecnológica.

Os temas sociais, assim, realmente estão em menor quantidade do que deveriam dentro dos jornais. Não há a menor dúvida disso, mas as empresas hoje estão muito menos preparadas, com estrutura menor do que tinham antigamente, quando tinham mais profissionais.

7.4.

Entrevista com Amaury Ribeiro Jr.

O jornalista Amaury Ribeiro Jr. é atualmente repórter especial tanto do *Correio Braziliense* quanto do *Estado de Minas*, ambos pertencentes ao grupo Diários Associados. Em 1997, ele ganhou o Prêmio Esso, na categoria Reportagem, com uma série de matérias sobre exploração sexual de adolescentes em Manaus (AM). A entrevista foi concedida na sede do *Estado de Minas*, em Belo Horizonte, em 13 de agosto de 2009.

Comece resumindo sua trajetória profissional.

Eu me formei em São Paulo, na Faculdade Cásper Líbero. Comecei, na verdade, como revisor. Fiz uma estada boa na revisão de *O Estado de S. Paulo*. Depois, fui ser correspondente do *Estadão* em Campo Grande (MS), já que a minha família morava lá. Tive um período em Santa Catarina, onde fui editor de política. Aí fui para a *Folha de S. Paulo*, que me contratou e me mandou para Goiás, onde cobri a primeira eleição presidencial [em 1989], acompanhando o [Ronaldo] Caiado [deputado federal (DEM-GO), no mandato 2007-2011], que era o candidato da UDR [União Democrática Ruralista].

Depois eu vim transferido para Belo Horizonte (MG), para trabalhar na sucursal da *Folha*. Eu fiquei uns cinco anos e meio, seis anos, e fui para São Paulo, para trabalhar em *O Globo*, como repórter especial. Eu fiquei por seis anos também. Depois do *Globo*, fui para o *Jornal do Brasil*, no projeto do Mário Sergio Conti [em 2009, diretor de redação da revista *Piauí*; é autor do livro *Notícias do Planalto*, sobre o comportamento da imprensa no governo Collor (1990-1992)]. Daí, fui para a *Isto É*, em seguida para o *Correio Braziliense* e voltei para a *Isto É*. Fui para o *Correio* de novo, no Rio de Janeiro, para montar uma sucursal, na vaga de correspondente. Depois, eu voltei para a Brasília, ainda no *Correio*. Depois, quando eu fui baleado lá no Entorno – era matéria sobre criança... – vim para cá [*Estado de Minas*, em Belo Horizonte] e agora estou fazendo matéria para os dois jornais [*Estado de Minas* e *Correio Braziliense*] ⁸⁷.

Você se formou em que ano?

Em meados de 1986.

Como surgiu seu interesse pela cobertura de questões sociais?

Teve uma época em que eu ficava muito na área social e também em direitos humanos. Trabalhei na reconstrução do passado recente a partir do restabelecimento da democracia, na tentativa de reconstruir uma página [da história], que foi o regime militar. Fiz muitas matérias sobre a guerrilha do Araguaia [movimento armado de resistência à ditadura militar, organizado na

⁸⁷ Os dois jornais pertencem ao grupo Diários Associados e têm a gestão das redações compartilhada. É comum a publicação de conteúdo de um veículo no outro e vice-versa.

região das divisas dos estados do Pará, Maranhão e Goiás (hoje, Tocantins), às margens do Rio Araguaia, na virada dos anos 1960 para os 1970, quando foi debelado com violência pelo Exército]. Isso foi quando eu já trabalhava na *Folha*. Fiz também um trabalho no Paraná, sobre crianças que trabalhavam na lavoura de algodão. Foi um trabalho muito legal. Aqui [em Belo Horizonte], fiz um trabalho sobre crianças que trabalhavam nas indústrias de carvão.

E como foi a reportagem sobre prostituição infantil em Manaus (AM), publicada em *O Globo*?

Esse negócio da matéria específica de Manaus foi, na verdade, uma coincidência, porque eu tinha ido a Manaus para fazer outra coisa, uma outra pauta. Eu tinha ido a uma base da Funai [Fundação Nacional do Índio], em Tabatinga (AM), longe à beça, na divisa com a Colômbia. Eu fui para lá e ainda fui a uma base, a oito horas de [viagem de] barco. A base estava tentando manter contato com os índios corubos, que tinham sido massacrados pelos brancos e nunca tinham feito contato. Então eu fiquei lá 45 dias na tentativa de fazer contato. Na época, estava na sucursal de São Paulo de *O Globo*, como repórter especial.

Então, os próprios funcionários da Funai contavam as histórias de Manaus [sobre prostituição], que as meninas eram pequenas, que não tinham nem cabelinho. Ficavam falando... Aí eu perguntei: “como assim existe esse negócio lá?” Era uma Disneylândia do sexo, como eles chamavam. Daí eu perguntei: “como que é?”

Voltei para São Paulo, fiz as matérias dos índios e fiz um planejamento de como ia fazer a reportagem [sobre prostituição infantil], que estratégia eu ia usar na reportagem. Primeiro, já havia tido denúncia. Toda vez que se fazia reportagem, lá no Amazonas [sobre prostituição infantil], as pessoas diziam que eram montagens de fotos.

Então eu combinei com o fotógrafo que eu só ia fazer a descrição das coisas que acontecessem. Nós já saímos com um propósito. Foi o Ali Kamel [em 2009, diretor da Central Globo de Jornalismo, divisão da Rede Globo de televisão; em 1997, era editor-chefe do jornal *O Globo*] que deu as coordenadas. O Ali Kamel fez as ponderações dele – ele ficava no Rio, mas a gente fazia reportagem especial e estava sempre com ele – e falou: “bom, mas eu quero saber tudo. Quem é o cara

que explora mesmo?” Foi um negócio muito pesado. Fui eu e o Luís [Carlos Santos, fotógrafo].

Como foi sua tática para vender a pauta? Você viajou com ela aceita?

Fomos já com detalhes de como abordar, de como fazer, de orçamento, de tudo... Com a crise do jornal hoje, você vai fazer uma matéria e não tem dinheiro para nada. Essa matéria ficou caríssima, não ficou barata não. Primeiro, a estratégia era a seguinte: nós entramos disfarçados, como turistas, para ver tudo que acontecia nos lugares. Criamos o clima para que pudéssemos levar umas câmaras [fotográficas] portáteis. Foram duas semanas para fazermos a matéria. Só a primeira parte, foram duas semanas.

Então, nós chegamos, ficamos em um hotel, lá no Novotel. Um cara ficava contando que ele pegava umas meninas, era executivo da Gradiente. No primeiro contato, chegamos em uma boate lá, com aquele bando de doidos... Chegávamos lá e pagávamos cerveja para todo mundo. A gente já estava dominando [as fontes]. Mas isso [o trabalho disfarçado], só com os homens. Com as meninas, não. A gente falava que estava fazendo uma reportagem sobre o assunto e tudo.

E aí, o que aconteceu? Na primeira abordagem, quando chegamos ao local [a uma boate], o que chamou a atenção foi que, além das meninas, havia uns brinquedos, uns cassinos, umas roletas, uma confusão danada. O lugar era muito louco. Tinha um povo que tocava a noite toda. Os caras enchiam a cara de cerveja, o pau comendo... Uma loucura. As casas ficavam na região portuária. Quando nós chegamos, já encontramos as meninas novas nos ambientes. Aí eu falei [para o fotógrafo]: “compra uma máquina portátil, tenta fazer isso aí”. Aí começamos a tirar as primeiras fotos. Fizemos as primeiras fotos lá, e os caras contando as histórias. Até que chegou um cara, o Benício dos Santos [foi personagem da primeira reportagem da série assinada por Amaury Ribeiro Jr.]. Ele estava abraçando as meninas, dando risada e deixou tirar uma foto...

Vocês estavam fazendo foto como se fossem turistas?

Sim, como turista. Todo mundo estava bebendo e tal. E [o fotógrafo] fez com máquina comum. Quando vi aquela foto, eu disse: “vou trabalhá-la de ponto de partida. Vou trabalhar esses dois personagens. Vou procurar esse cara e saber

quem ele é”. Tive que ir dois dias seguidos e saber o que ele fazia. Depois, fui seguir a vida da menina.

Quem leu o texto, quem viu a primeira versão, foi o Arnaldo Bloch, escritor famoso [atualmente, o jornalista é repórter especial de *O Globo*, no Rio]. Ele era chefe da sucursal do *Globo* lá [em São Paulo]. O Arnaldo entende de texto, né? E ele disse: “que texto do caramba! Você tem essa foto aí? Não acredito!”

Durante a apuração, a gente foi ver que quem explorava lá também era a polícia. Eles iam lá buscar propina. A própria polícia explorava as casas e tudo. Demos os nomes dos policiais. [Na reportagem], não tem esse negócio de *off*, está tudo lá.

Fui na casa da menina e ela contou a vida dela. Aí, eu tinha decidido o que eu ia fazer. Como tinha aquela agitação, segui a ideia da Disneylândia [do sexo], e resolvi fazer o texto rodar. A pessoa que lesse, podia ver o movimento todo. O texto fica rodando. Eu começo contando a vida da menina e falo do encontro deles no dia que a gente estava lá.

E com as fotos aqui, pois uma coisa é você contar, outra é ter a foto. A história sensibilizou... O governo ficou chocado com esse negócio. O José Gregori [à época, responsável pela área de direitos humanos no Ministério da Justiça] chorou por causa da matéria. Fui recebido pelo presidente da República por causa dessa matéria. O Fernando Henrique [Cardoso, presidente de 1995 a 2003] fez questão de homenagear. E aí começou a confusão. A matéria foi publicada no domingo, segunda-feira os jornais lá de Manaus repercutiam...

Você continuou em Manaus depois que você escreveu a matéria?

Eu vim embora escrever a matéria e voltei depois. Cheguei lá em Manaus, os jornais todos estampados, falando da matéria. Numa [entrevista] coletiva, o governador disse que não aceitaria pressão. Eu cheguei no fim da coletiva. Foi uma confusão... E começou a pressão. Tinha um delegado lá, até fiz matéria com ele, chamado Klinger [Costa, então secretário de Segurança do Amazonas]. O cara era um xerife, tratava a cidade como secretaria dele...

Você voltou para essa coletiva?

Porque causou uma confusão danada... Foi comissão do Ministério da Justiça para lá. Deu uma repercussão, deu na *Veja* e em todas as revistas. Eu

cheguei à cidade e esse Klinger era meio maluco, ele usava a secretaria para cobrar dívida.

Ele era secretário de segurança.

Ele era um doido. Aí tiraram ele e trouxeram outro secretário. E eles fizeram uma coisa tão ridícula, quando a comissão [do Ministério da Justiça] ia chegando à cidade: eles pegaram e tiraram todas as crianças [das ruas] da cidade. Aí o fotógrafo tirou foto delas amarradas e foi uma coisa pior ainda.

Também tentaram armar uma história comigo. Sabiam que eu estava fazendo uma continuação da matéria e tentaram levar uma menina – trouxeram não sei da onde essa menina – para tentar me seduzir. Era uma tensão que você nem imagina... Graças a Deus, eu tenho um amigo que era o delegado da superintendência da Polícia Federal [no Amazonas], que pegou e deu uma coordenada em tudo.

Você ficou quanto tempo em Manaus?

Fiquei lá mais uns 15 dias. Então eu disse: “vou lá para Belém (PA), porque a coisa está feia aqui”. Aí eu tive uma oportunidade de fazer uma matéria em Belém. Fiz uma matéria em Belém, mas era outra coisa. Era um negócio de turistas estrangeiros que pegavam meninas em bares.

Essa matéria ficou marcada porque teve uma repercussão muito violenta. Foi surpresa. Tinha uma mulher [jornalista, em *O Globo*] que não queria dar⁸⁸ a foto da menina, tanto que a foto não foi para a primeira [página].

A primeira reportagem não foi nem manchete do jornal. No mesmo dia, estava desenrolando-se a CPI dos precatórios.

Mesmo assim, não foi por isso [que não foi manchete]. Eles estavam com medo. Para publicar a foto na [página] interna – a foto foi finalista do Prêmio Esso – foi uma confusão danada. Aí pegaram a matéria e deram uma chamadinha. Só que na segunda-feira, a leitura deu 99,9%. É difícil uma matéria que não seja manchete ser tão lida assim, mas foi uma maioria esmagadora. Não sei o

⁸⁸ No jargão jornalístico, o verbo “dar” é usado correntemente como sinônimo de “publicar”.

fenômeno que fez a coisa assim ficar tão explosiva. Tentei fazer outras matérias assim, mas nunca vi uma matéria com uma explosão tão grande. Não sei se foi a apuração, a sacada do texto, os personagens...

Como foi a receptividade em *O Globo* com a pauta?

Tudo que eu falava em fazer n' *O Globo* não tinha problema. Na época, *O Globo* investia muito em reportagem. Nunca tive uma pauta que me recusaram. Não tive problema de dinheiro nenhum. Hoje, você tem que ter nota [fiscal] de tudo. Se está fazendo uma apuração que não tem nota, dá um trabalho danado. Lá [na reportagem em Manaus] não. Vai pegar nota em boate! Há 14 anos, o custo da reportagem ficou em R\$ 16 mil⁸⁹. Estamos falando em 1997. Hoje, está bem mais difícil.

Como você acha que os jornais, hoje, estão se relacionando com as questões das desigualdades sociais, da exclusão social. Eles têm dado mais espaço ou menos espaço?

Sempre tem um tipo de repórter que gosta de fazer esse tipo de assunto.

Mas você acha que os jornais estão dando o mesmo apoio aos repórteres?

Se a pauta é boa... O problema é fazer muita coisa igual.

No geral, você acha que os jornalistas estão preparados para lidar com esse tipo de temática?

O problema não é a temática, mas o formato de fazer a reportagem. Hoje, com esse negócio da internet, o povo está muito pouco em campo, o trabalho de campo se perdeu um pouco. Se você não mostra as vítimas, não mostra como funciona os esquemas... Eu acho que é isso: reportagem tem que mostrar tudo, quem está por trás e quem não está. E isso exige tempo. Investigar é perigoso.

⁸⁹ Atualizado para valores correntes de outubro de 2009, o montante seria equivalente a R\$ 34,2 mil. A correção foi feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e usado como referência para as metas de inflação do governo federal.

Antigamente, não tinha esse negócio de internet. Então, a gente levava furo no dia a dia. Você tinha que estar no campo, se não levava furo.

Os jornalistas de hoje estão preparados para fazer reportagem?

Acho que deu uma caída. O caminho só podia ser esse. Tem muitos repórteres, mas o nível caiu um pouco. As grandes reportagens deram uma diminuída. Antes, se fazia mais. Acho que as faculdades estão melhores, mas você não aprende muito na faculdade. Reportagem, você só aprende no campo. É estar ali, sem chefe, decidir tudo o que vai fazer. Você decide o que faz e a responsabilidade é sua.

Os novos jornalistas estão preparados para praticar bom jornalismo?

Uma parte sim, uma parte não... Hoje, estamos mais corridos. Está meio diferente. É o imediatismo das coisas, mas tem reportagem muito boa ainda assim.

Como fica a relação entre o noticiário factual e as matérias especiais diante dessas mudanças na imprensa?

O projeto que eles têm aqui [no *Estado de Minas* e no *Correio Braziliense*] é de tentar fazer matéria diferenciada e colocar o dia a dia ao lado. A saída para o jornal escrito é você tentar fazer mais reportagem, porque o factual já sai na televisão, no rádio.

Qual o papel do jornalismo na mudança social?

O papel é esse. Por isso que você faz jornalismo, para mudar a situação, os problemas sociais, o quadro de corrupção. O resto é firula.

Qual o impacto da internet na prática jornalística? Como ela tem sido usada?

A internet serve para pauta. Quer ver um tema que sai na internet, mas até hoje não se conseguiu comprovar? Tráfico de órgãos. Estava até pensando em fazer uma reportagem, mas cheguei à conclusão de que não existe nenhum fato – fora um que teve em Recife, que foi a Polícia Federal que pegou. Esse negócio é esquisito. Todas as matérias que você vê e vai investigar não têm apuração verdadeira desse negócio. Tem uns caras que dizem que a filha sumiu, que

roubaram. Quando você põe “tráfico de órgão” na internet, vê o quanto tem de coisa. Mas informação comprovada mesmo, tem um caso, que a Polícia Federal investigou. Não vou dizer que não existe, mas se você pegar informação na internet, você escreve um livro enorme sobre isso. Isso é um assunto que vai aqui, vai dali, aí o jornal pega, reproduz essas coisas que viu noutra país, vai reproduzindo, reproduzindo, mas os personagens são os mesmos...

Com o imediatismo, falta cuidado?

Demais. Tem gente que acha que você pegar um inquérito, mesmo um texto do Ministério Público, é suficiente. Todo mundo quer falar que é jornalista investigativo, mas se tiver pressa, você entra numa fria. É o caso da Escola Base⁹⁰.

Hoje o pessoal tem apurado pior?

Acho que por causa dessas barrigadas⁹¹, o povo está tomando mais cuidado. Tem tomado mais cuidado para não dar muita barrigada, mas na apuração mesmo, mais ou menos.

Você acha que esses erros devem-se a que?

Cada lugar é um caso. Por exemplo, em Brasília, que é um caso muito atípico, há uma pressão muito grande. Você não sabe o que é trabalhar numa revista, que você tem que estar fechando na quinta-feira e vendo o que a outra vai dar. É uma correria danada. Mas hoje está tão fraco que nem essa briga de revista estamos vendo mais. Antigamente, as revistas davam o furo. As revistas trabalhavam a semana toda para ter o fato. Meu papel era fazer isso. Era uma loucura.

⁹⁰ Escola cujos donos, em 1994, foram acusados pela polícia de abusar sexualmente dos alunos. A acusação foi amplamente divulgada na imprensa, mas depois verificou-se infundada, sendo considerada um dos maiores erros da imprensa no Brasil.

⁹¹ No jargão jornalístico, “barriga” ou “barrigada” é como são chamados os erros de informação publicados.

7.5. Entrevista com Sandra Kiefer

A jornalista Sandra Kiefer é repórter de economia do jornal *Estado de Minas*. Em 1999, foi vencedora do Prêmio Esso, na categoria Regional Centro-Oeste, numa equipe integrada também por Francis Rose, Déa Januzzi e Evaldo Sérgio. A série, sobre trabalho infantil em lixões, surgiu de uma reportagem sobre uma campanha do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e foi seguida de suítes a partir da reação dos leitores. A primeira reportagem foi iniciativa de Sandra, conforme ela conta nesta entrevista, concedida em sua residência, em Belo Horizonte, na manhã de 13 de agosto de 2009.

Conte como foi o início da sua carreira e como surgiu seu interesse por questões sociais.

Na faculdade, acho que no segundo período, comecei a fazer um jornal de bairro que virou jornal laboratório do curso inteiro de jornalismo da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. Toda a vida morei numa casa aqui neste bairro mesmo [bairro São Bento, em Belo Horizonte], de frente para uma favela, a Barragem Santa Lúcia. Isso sempre me incomodou muito.

No jornalismo, eu comecei, desde o jornal de bairro até todos os estágios que eu fiz, a abordar essas questões sociais que sempre me incomodaram. Fiz um jornal dentro da favela também. Durante um ano fiquei indo à favela, de 15 em 15 dias, para fazer um único número do jornal. Depois é que eu percebi que eles não precisavam de um jornal, precisavam de uma rádio. Eles não iriam ler aquele jornal nunca... Enfim... Aí eu me formei, praticamente contratada no *Estado de Minas*.

Você se formou em que ano?

Em 1994. Em 1995, eu fui contratada. Aqui em Minas, para quem gosta de imprensa escrita, não tem muito para onde fugir. O *Estado de Minas* é o maior jornal e acabou. Fiz um rodízio dentro do jornal. Eu comecei na editoria de exterior [internacional], fiz um estágio em esportes, cobrindo o América, depois fui contratada pelo exterior [internacional] por seis meses. Aí passei por cidades,

que depois virou [o caderno] *Gerais*. Escolheram os melhores repórteres da redação para fazer esse caderno *Gerais*, dando ênfase à cobertura local.

Hoje você trabalha na editoria de economia?

Tenho um pouco de trauma disso... Até hoje eu não engoli muito bem, porque eu tento a todo custo colocar matérias de cunho social dentro da economia. Por exemplo, eu tenho feito esta semana todinha matéria sobre os aposentados e não consigo não defendê-los. O que aconteceu foi o seguinte: eu estava no [caderno] *Gerais*, estava indo bem lá e aí a chefe que veio de Brasília para a economia falou: “eu quero que você venha trabalhar comigo”. Eu disse: “não vou”. Aí ela falou para mim: “você vai fazer só matérias especiais”. Eu disse: “não vou”. Aí ela falou: “você vai ter horário reduzido”. Eu disse: “não vou”. Aí ela disse: “você vai ganhar mais”. Aí eu falei: “está bom, eu vou tentar”.

Você trabalhou também no caderno *Gurilândia*, voltado para o público infantil. Como foi a experiência? Quanto tempo você ficou nele?

Acho que uns dois anos... E o caderno até ganhou prêmio. Esse caderno é o primeiro caderno infantil do país. Ele quase acabou porque estava muito ruim. Daí falaram: “pega aí para você fazer”. Aquela coisa: “pega aquela menina que está começando agora para fazer”...

Você sabe quando lançaram o caderno?

Não, de cabeça não, mas eu fiz toda essa pesquisa na época. Cheguei a publicar no próprio *Gurilândia*. Pesquisei todos os jornais infantis do mundo, comprei muitos livros. Enfim... Veio a matéria da Bárbara⁹² e mudou tudo.

Quando você fez a matéria, estava trabalhando no caderno *Gerais*?

Estava trabalhando no *Gurilândia*.

E como surgiu a pauta?

⁹² Bárbara é a menina que foi personagem da primeira matéria da série sobre trabalho infantil em lixões, pela qual Sandra Kiefer foi agraciada com o Prêmio Esso.

Foi muito corriqueiro. Eu vi um *e-mail*... Como eu fazia o caderno infantil, mandavam tudo que era de criança para mim, independentemente do que era. Aí mandaram um *release* do Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância], anunciando que iria começar a campanha “Criança no lixo nunca mais” naquele dia. Então eu virei para o editor daquele núcleo – que era *Gerais, Gurilândia, o Caderno de Jovens* – e falei com ele: “olha nós temos que fazer essa matéria. Isso não pode ficar assim, não pode passar batido não”. Aí ele respondeu: “ah, mais isso é matéria de pauta comum. Como é que nós vamos fazer isso?” Falei: “nós temos que ir no lixão...” E eu lembro que nesse dia, não sei por que, eu tinha chegado mais cedo. Já comecei então a tentar saber onde é que tinha um lixão mais ou menos perto de Belo Horizonte para dar tempo de fazer ainda para o dia seguinte e fui atrás, para fazer uma pequena viagem, porque não tem lixão em Belo Horizonte.

Eu sei que fomos a umas duas ou três cidades, até que a gente chegou a Sabará. Lá tinha [lixão], já era tarde e por isso deu essa foto bonita. Já era muito tarde; eram quase 17h. Já estava anoitecendo e eu estava completamente desesperada. Tinha todo um conjunto de famílias morando lá já há muitas e muitas gerações, umas três gerações, só que o que chamou atenção foi essa menina, Bárbara, porque ela é muito bonita.

A gente com esse olhar meio burguês e ela parecia uma pedra [preciosa] dentro do lixo. Aquela menininha mandando naquele monte de detrito parecia uma coisa sobrenatural, com aquela fumaça cinza. Aquele cheiro pavoroso, porque estava bem na hora deles queimarem. E cada mosquito... Nunca vi mosquito maior que aquilo; era mosca varejeira, uns negócios horríveis e um monte de urubus sobrevoando.

Aí eu falei: “puxa vida!” Ela não estava catando o lixo na hora. Aí eu perguntei assim: “você ajuda sua mãe?” A mãe dela me falou que não. A mãe tinha vergonha de falar que a Bárbara a ajudava. E aí eu falei: “Mas como você conseguiu essa bonequinha que está na sua mão?” Ela respondeu: “De vez em quando eu pego umas latinhas com a minha mãe.” Aí eu falei: “Ah, e como você pega essas latinhas?”. Ela respondeu: “a gente faz assim; a gente pega esse saco aqui e cabe assim”.

Aí ela foi mostrando como ela fazia. Chamei o fotógrafo e aí pronto, eu tinha menos de meia hora fazer a matéria; voltar correndo para a redação e

escrever isso tudo. Eles viram [na redação] a foto, o material que a gente tinha, e que o tema era importante. O tema, na verdade, acho que não contou nada, porque eles não queriam a matéria. Eles não estavam nem um pouco interessados, mas quando a gente chegou com o material bom e com uma história boa. Aí eles abriram uma página.

Como foi o processo para você emplacar a matéria? Você teve que brigar muito para convencer?

Não. Porque, como eu te falei, o jornal não era como é hoje. [O caderno] *Gerais* estava com aquela áurea que era o melhor caderno do jornal, que iria fazer reportagens especiais. Tudo que a gente oferecia dava para fazer. Acho que se fosse hoje a matéria da Bárbara ia dar um pé de página, juro para você. Eles não abririam uma foto desse tamanho talvez. Uma história de uma criança no lixo....

Então naquela época você não teve que negociar tanto; a força do material e o prestígio que o caderno tinha ajudaram...

E a foto também era muito boa...

O fotógrafo foi o que estava disponível ou você pôde escolher?

Foi o que estava [disponível]. Inclusive foi a foto da vida dele...

Como foi a repercussão?

Essa matéria não foi toda pensada, como às vezes acontece, que a gente vê acontecer, de matéria [feita] para ganhar prêmio. É difícil a gente falar dos colegas, mas é fato [que isso ocorre] e eu não sei se isso é bom ou ruim. Pelo menos isso dá visibilidade para causa. De certa forma, com interesse ou sem interesse, acaba que as crianças aparecem mais nos jornais de forma mais adequada. Então, de uma forma ou de outra, a gente sabe que alguma coisa está acontecendo.

Essa matéria não foi feita com esse intuito. Tanto é que naquele dia fiquei umas 14 horas trabalhando, porque eu cheguei cedo e saí quase nove ou dez horas da noite. No dia seguinte, eu tinha folga. E aí veio a repercussão. Eu lembro que eu estava dentro do carro [quando ligaram para ela da redação]. Até fiquei muito emocionada na hora. Perguntei se eles queriam que eu voltasse para lá... “Não,

pode deixar que a gente faz”, responderam. E aí minha colega foi lá para o lixão e acompanhou os empresários que foram lá ajudar a Bárbara. A matéria virou uma espécie de novela dos leitores e começou a ser acompanhada. Essa matéria foi uma coisa diferente...

Como foram surgindo as pautas posteriores? Você foi tendo ideias de pautas a serem produzidas ou foi reagindo às sugestões dos leitores?

Acho que foi simultâneo. Eram muitas cartas, muita gente querendo ajudar. Os empresários que vieram para ajudar a família não queriam levar a menina e adotar, nem dar um dinheirinho para ela e aparecer no jornal. Eles eram pessoas legais de fato. Então eles foram pesquisar o que a família precisava. Então isso tudo levou uma coisa à outra e o jornal viu o interesse que isso estava provocando...

Aí começou uma mobilização da prefeitura de Sabará, que depois da matéria fechou o lixão e fez um aterro sanitário. Eram três gerações que estavam lá. Depois eu descobri que aquele lixão era muito famoso. Ele já tinha saído na *Marie Claire* [revista feminina publicada pela Editora Globo], em uma matéria contando das três gerações. Eles tinham casas construídas dentro do lixão. No dia eu não tinha visto porque foi muito rápido. Eu fui ao lugar certo muito instintivamente porque realmente eu não sabia. Eles tinham carro dentro do lixão, eles estavam cristalizados lá dentro. Eles tinham toda uma cultura de viver lá dentro, embora a família da Bárbara tivesse uma casa fora de lá, em Ribeirão das Neves [na Região Metropolitana de Belo Horizonte].

Então entraram outros repórteres...

Isso tudo [a repercussão] criou uma série de situações que levou os outros repórteres a querer participar também.

Nesse processo das suítes o jornal estava dando espaço? E o caderno *Gurilândia*? Você continuou editando?

Ah, eu não sei o que aconteceu, mas eu acho que eu não voltei a esse caderno naquela semana. Não lembro o que aconteceu. Ou eu continuei fazendo, porque era assim tudo ao mesmo tempo...

O caderno era semanal?

Ele era semanal. Ah, eu fiz uma matéria para o caderno. Possivelmente eu tive que continuar fazendo mesmo... Foi o jeito de eu continuar fazendo o caderno para fazer as matérias [de repercussão]. E aí depois eu pedi para voltar para reportagem. Voltei a sentir o gosto da rua, muito bom. Além do mais, a matéria mudou a vida de uma pessoa. Ela provocou essa reação toda. E eu acho que ela realmente foi finalista desses prêmios todos não só pelo texto ou nem só pela foto. Foi meio que... Estava pensando porque ela provocou isso. De um jeito ou de outro, ela conseguiu mostrar a criança no lixo e depois a criança no banco da escola.

Parece que a gente faz as matérias, denuncia, e não dá em nada nunca. Você fica naquela luta. As coisas têm seu tempo e isso só vai mudar com a história. O Brasil continua escravagista; 500 anos depois tudo continua a mesma coisa, mas nesse caso não. Acho que foi isso que causou toda essa repercussão, porque pelo menos aquela criança mudou.

Estive com ela no ano passado. Eu perguntei: “você nunca mais foram lá no lixão?” A mãe dela respondeu: “a gente foi lá visitar um dia, porque a gente estava com muita saudade, mas não podia entrar lá não”. Eles choram quando lembram de lá, porque eles estavam cristalizados lá por muitos anos.

E a menina seguiu estudando?

Seguiu, mas ela é muito descabeçada. Já namora e quer casar. Ela seguiu estudando até o ano passado. Daí falou que ia parar de estudar para casar. Eu quase morri de dó... Com 16 anos! Eu falei: “não faz isso não, Bárbara”. Mas cada um tem seu livre arbítrio. Mas ela virou a estrela da casa. Por causa dela, todo mundo mudou de vida.

Qual o posicionamento dos jornalistas em geral sobre essas questões sociais?

Acho que vai muito de perfil. Tem gente gosta de economia, tem gente que gosta cobrir desfile de moda, tem gente que gosta de ir ao campo cobrir futebol, tem gente que gosta de denunciar a miséria. Se não tiver o perfil, a pessoa vai fazer a matéria burocrática. Pode mandar ela para um orfanato – hoje é casa de assistência, nem pode falar orfanato mais –, ela faz aquela matéria, mas não

consegue sair daquilo, da pauta, do cotidiano. E eu te digo que ficou muito tempo desfalcada essa área lá no caderno [*Gerais*], depois que eu fui para economia. E eu morri de dó porque não tinha mais ninguém para fazer as matérias sobre crianças.

Nem sempre o pessoal que trabalha nas editorias que normalmente cobrem esses assuntos tem esse perfil? É isso?

Nem sempre... Esse tipo de pauta não é uma pauta natural do dia a dia. Ela chega como todas as outras, nos *e-mails*, nos *releases* e tudo. O Dia da Criança, “Criança no lixo nunca mais”, dia de não sei o quê. E vai se acumulando aquele tanto de pauta... Se não tiver alguém que diga “eu quero fazer isso”, ela vai virar aquelas 15 linhas que vão entrar no bolo. A maioria, eu acho, quer fazer matéria que dê repercussão, que vá ter espaço de fato. Que seja mais fácil a introdução. Qual vai ter mais espaço? Uma matéria de gripe suína ou uma matéria sobre crianças? Tem criança demais nos orfanatos... Então não é muito fácil emplacar esse tipo de matéria não.

E como é o posicionamento dos chefes em geral sobre essas questões?

Se conseguirmos comprovar que aumentou o número de crianças internadas nos últimos dois anos, talvez dê uma matéria. Mas essas áreas são muito desorganizadas, não têm estatística e eles querem números. Querem o que eles chamam de notícia mesmo. Então, ou vocês arranjam criança que morreu dentro da Febem [Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor, hoje extintas] por maus-tratos, e aí você aborda todo o contexto, ou você vira e fala “vou fazer igual eu fiz com a Déa”⁹³, que foi uma das [repórteres] que entrou nessa cobertura há dez anos. Nós fizemos [ela e Déa Januzzi], no ano passado ou no ano retrasado, fora do meu horário [de trabalho], uma série de matérias sobre os jovens, como eles estão perdidos, juventude perdida ou alguma coisa assim. Aí você vira e fala: “eu tenho uma boa matéria”. Aí você tem que ir lá e vender a sua matéria, você tem que provar, por A mais B, que é importante. Caso contrário, ela vai se perder lá no meio dos pacotes de economia.

⁹³ Déa Januzzi integrou a equipe que venceu o Prêmio Esso com a série sobre trabalho infantil nos lixões. Além dela e de Sandra Kiefer, a equipe foi composta por Francis Rose e Evaldo Sérgio.

O que você acha desse comportamento, principalmente na imprensa escrita?

Diante da repercussão da matéria sobre a Bárbara, eles estão sendo muito bobos, porque se eles querem vender jornal, podiam está vendendo muito mais. Tomando por base a repercussão que essa matéria teve...

Não fica muito clara a relação entre a visão que os chefes têm sobre o que é notícia e o aumento de vendas de jornais. Além disso, o noticiário cotidiano já está todo na internet.

Exatamente. Eu canso de falar isso. Você pega lá na internet, as matérias mais procuradas do *GI*⁹⁴. Todo dia, quais são as matérias mais lidas do *GI*? Ontem eu estava olhando: “Tombou um caminhão de porcos em Minas”, “A miss mundo não sei da onde que ganhou o concurso por duas vezes no Paraná”, “A Madonna que fez qualquer coisa”...

Será que o leitor quer ver essas notícias? Acho que o jornal está morrendo por causa disso mesmo. Outro dia estava conversando com um colega. Não se pode fazer matérias sérias o tempo inteiro porque tem o interesse do anunciante, você não pode fazer denúncia de todo mundo, mas aí você faz a denúncia e você tem que parar a série de denúncia no meio... Você coloca “leia amanhã” e aí o “amanhã” não é publicado porque o anunciante barra a matéria. Aí vai perdendo sua credibilidade. Você pode falar de um determinado governo de uma certa forma e de outro, de uma outra forma. Aí você presume que o leitor queira ler determinada coisa... O jornal está só minguando. Parece que o próprio *Estado de Minas* está preocupado com isso. Eles estão com algumas ideias de mudar, fazer matérias diferentes, que não estejam saindo só na internet.

Como você avalia a formação dos jornalistas em geral para lidar com as questões sociais?

Esses temas saem sempre no caderno de cidades ou noticiário geral. Esses cadernos normalmente são sempre os que quase não têm espaço na capa. Tem um aqui [no *Estado de Minas*, o caderno *Gerai*s] até grande, mas quem é promovido vai para economia ou para política. [A cobertura geral] é onde estão os jornalistas

⁹⁴ *GI* é portal de notícias das Organizações Globo na internet, lançado em 2006.

iniciantes. Aqui no *Estado de Minas*, o *Gerais* saiu de um caderno onde estavam os principais repórteres do jornal para se tornar um caderno onde 80% são trainees, estagiários e os dois bons repórteres seguram a onda das boas matérias ali. Assim, não sei se dá tempo, porque na cobertura de cidade você não tem a internet para te dar subsídio, nem o assunto ali na mão.

Então, no geral, a inexperiência é uma marca na cobertura sobre as questões sociais?

Inexperiência e falta de tempo. Eles cobrem três pautas por dia, duas a três pautas por dia. É um caderno que não é muito valorizado, a verdade é essa. Nem pelo pessoal, nem na primeira pagina.

Como você vê a formação conceitual do jornalista, independentemente da experiência?

Tem muita gente boa que está começando, a gente não pode generalizar. Bom, para fazer esse tipo de matéria diferenciada você tem que ter um bom texto, você tem que ter alguma marca. Você tem que virar e falar “eu posso fazer essa matéria, ela vai ficar boa, você pode me dar esse espaço e confiar em mim”.

E a garotada que está entrando, com algumas exceções, a gente vê que não sabe nem escrever às vezes. Tem dificuldade com o português e tal. Não sei se leem muito, não sei se preocupam também com essas outras questões, se acham mais fácil talvez fazer o que está lá, talvez seja o que dá para fazer também.

Pela sua experiência, desde quando você saiu da faculdade, a formação dos jornalistas melhorou ou piorou?

A nossa equipe era muito boa. Para mim, fica difícil falar porque eu vim da federal, da UFMG. Eu criticava muito a minha faculdade, porque lá era muito generalista, a gente estudava muita filosofia, história, política, ciências sociais e muito pouco jornalismo. Mas hoje eu acho muito bom eu ter recebido isso, porque o jornalismo a gente aprendia na ralação mesmo...

Hoje tem muita faculdade dessas que você não sabe de onde veio nem para onde vai. Agora não precisa nem do diploma mais. Então as coisas vão avacalhando. Hoje está uma avacalhação geral. Quando a gente começou não existia a figura do trainee.

Como você analisa a cobertura das questões sociais do ponto de vista da prática jornalística, como ouvir fontes diferentes, ouvir especialistas, contextualizar os fatos, se apoiar em pesquisa, fazer correta citação das fontes etc.?

Eu só queria abrir um parêntesis. Eu fiquei envolvida com esses discursos todos da ANDI... Eu ia a Brasília, sempre discutindo, sempre recebendo quilos de material da ANDI, quilos e quilos de livros, mídia jovem, mídia sei lá o quê, e até hoje eles me mandam toneladas de papel. Essa análise tipo “quando sai matéria de polícia do menino que com uma arma matou sete tem muito mais visibilidade” pode ser ineficaz. Tem sim mais visibilidade, porque eles [os chefes das redações] presumem que isso seja o que os leitores querem ler mesmo.

Mas eu acho também que todos esses prêmios, essas instituições criadas para apoiar o jornalismo podiam apoiar de fato, em vez de ficarem aí imprimindo esses montes de livros com papel bom, gastando muito dinheiro. Eu fico pensando que se eles estivessem investindo nas instituições que ajudam as crianças eles estavam fazendo melhor. Porque acho que tem uma instituição dessa para cada criança que está na rua.

Eu sei que é um outro discurso também, mas eu já liguei para a ANDI e pedi para eles: “me ajuda, me arruma pauta de economia com criança, me dá pauta disso aí... Vocês estão aí trabalhando com isso? Estuda para mim o Orçamento federal, de Belo Horizonte que seja. Vê para mim, tenta mandar subsídio para fazer matéria na economia, me ajuda porque eu quero emplacar”. Mas parece que eles querem sempre fazer a mesma coisa. Eu acho que precisa evoluir nessa abordagem...

Você acha que esse trabalho de fazer recomendações sobre práticas jornalísticas já começa a não surtir mais efeito?

Para mim sim. Não sei se para... Talvez o alvo não devesse ser eu, que já estou há tanto tempo fazendo esse tipo de matéria, mas quem não faz, concorda? Se eles têm tanto material assim, pelo amor de Deus, não mandem para mim. Replica esse *e-mail* da ANDI e manda para toda a redação; é só pegar a listagem de *e-mail* do jornal e mandar para todo mundo. Vai que uma hora cola? Vai que a menina dá lê? Eles gostam de *e-mail*...

Não adianta conscientizar quem já está conscientizado.

Dá um pouco de preguiça isso também... Então fica assim, eu falando para mim e todo mundo falando do seu próprio umbigo e as crianças estão aí e tudo fica do mesmo jeito. O que você perguntou mesmo?

Eu falei da questão da prática...

Por exemplo, uma matéria de um pesquisador que esteja apresentando um estudo. Isso acontece muito com aquelas Pnads [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], aquele negócio do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. No máximo a gente consegue colocar um personagem na matéria. São muitos dados para analisar. Agora é que eles estão mandando com embargo⁹⁵, aí você tem mais um dia para ler o material. Mas normalmente é um material muito extenso, que não vem necessariamente mastigado, a não ser que você queira copiar o *release*, o que eu não faço. Se você quiser entender o que está escrito ali, precisa estudar aquilo. Aí você põe “segundo o IBGE...” e, no máximo, você consegue falar de dois ou três personagens. Numa matéria de polícia, você entrevista o delegado, às vezes consegue conversar com a criança e fazer umas duas ou três outras pautas e voltar para a redação.

Agora, quando você tem o perfil, você já tenta fazer diferente. Eu lembro de uma vez... *Tá*, falta interesse, falta interesse sim. Talvez falte visão das coisas mesmo, por não ser um perfil adequado; por serem repórteres de polícia, eles têm aquele foco de polícia. Então eles vão fazer a matéria, descobrir tudo que está acontecendo e vão fazer a cobertura deles, “policialesca”, enquanto que se for uma pessoa que queira se aprofundar mais, ela vai aprofundar...

Você acha que o aprofundamento depende da iniciativa do jornalista? Embora haja outros fatores envolvidos, mesmo que o chefe seja contra, se você tem iniciativa, você pode conseguir fazer passar.

⁹⁵ “Embargo”, no caso, é o pedido, por parte das assessorias de imprensa, de não publicação de determinado material de divulgação até uma data específica. O recurso é normalmente utilizado na divulgação de pesquisas. Manda-se material sobre o estudo para as redações um dia antes do lançamento, com o compromisso que nada seja publicado antes da divulgação oficial. O objetivo é permitir que repórteres e editores tenham um pouco mais de tempo para analisar os dados.

No geral, tudo tem a ver com a iniciativa. Até quando você nada contra a maré, é sempre nadar contra maré, nadar contra o tempo, nadar contra o chefe, nadar contra o que é notícia, o que eles acham que é notícia, e vender a pauta.

Como eu estava falando, uma vez eu fui fazer uma matéria de polícia, de uma moça que falou que o menino tinha caído do velotrol [espécie de velocípede, para crianças] e tinha se machucado. Ela estava sendo denunciada por maus-tratos. Eu já tinha essa visão de cobertura de matéria de criança. Olha, nenhuma criança que cai de um velotrol machuca daquela maneira, que era na perninha e nos bracinhos. Então eu ouvi a mulher com muita raiva e conversei com o delegado e ele falou a versão dele, burocrática, mas o fiz ponderar que aquilo ali, de repente, poderia não ter sido uma simples queda do velotrol.

Aí eu fui tentar achar um parente da criança, que não era quem estava lá apoiando a mulher, que falou que ela já tinha maltratado o bebê. Nem sempre dá tempo para você ouvir um especialista, para medir se uma queda de um velotrol, a tantos centímetros do chão... A nossa função é reportar os fatos, ou investigar também. Muitas vezes, a gente fica meio nessa encruzilhada.

Como se dá, no dia a dia do jornal, essa tensão entre os fatos importantes, mas que não estão no dia a dia, e a cobertura cotidiana?

A gente tem reunião de pauta às segundas-feiras. Dependendo, dá para você brigar por algum assunto e tem que ter algum apelo. Vamos supor: “aluguéis na tabela já estão mais caros também”. Uma crise no aluguel. Você consegue introduzir uma visão social na cobertura de economia do dia a dia. Agora, você tem que seguir a agenda. É uma briga diária isso. É uma briga também dos editores. É engraçado, porque a gente quer fazer cobertura diferenciada, muitas vezes seu editor quer fazer cobertura diferenciada, mas você tem uma série de assuntos que chegam pela internet, que chegam pelo rádio, que é a agenda nacional, e isso fica tudo competindo entre si e acaba vencendo quase sempre o que está na mídia. As outras [pautas] vão descendo. Então sua matéria estava lá em cima e, de repente, vamos supor, sai uma nova medida do governo; aí a matéria cai⁹⁶.

⁹⁶ “Cair”, no jargão jornalístico, significa deixar a pauta de lado. Quando a matéria, reportagem ou pauta “cai” quer dizer que foi deixada de fora da edição do jornal ou não foi levada ao ar – no caso do rádio ou da televisão.

Mas há um investimento em reportagens especiais? Como conciliá-las com o dia a dia?

Cobrimo o dia e, nos intervalos, fazendo a matéria, quase sempre, como foi aquela sobre a juventude perdida, que eu fiz num intervalo do trabalho na economia. Era como se eu estivesse fazendo um trabalho de caridade para o jornal. Você imagina deixar tudo para trás por que eu queria, eu achava importante fazer aquela matéria. É iniciativa mesmo.

Você acha que falta na imprensa em geral, e também no *Estado de Minas*, linhas editoriais em prol do combate à exclusão social?

Como uma bandeira? Sabe, eles brincavam que eu era a “miss minoria” lá da editoria. Não sei se os jornais têm mais alguma bandeira...

E o que você acha disso?

Não se faz mais campanha, por exemplo, pela paz. Uma vez, o jornal fez uma campanha pela pátria, uma coisa bem engraçada. Eu tenho dúvidas...

Sua dúvida é sobre o que? Sobre a necessidade disso?

Não vejo necessidade disso. Pelo seguinte: acho que a gente não pode pensar em uma visão romântica, de que o jornal deve ter uma bandeira, dos direitos humanos, por exemplo. Eu acho que o jornal poderia fazer o que já falei: perceber que uma cobertura dessas pode vender jornal. Talvez antes eu pensasse assim, que era uma utopia, que era um dever pessoal, mas eu acho que eles deveriam perceber que dá para vender jornal, que o leitor gosta de ler, acompanha, se [a matéria] for bem feita, pensada, bem elaborada, se for uma sacada. O leitor lê, acompanha. Isso dá retorno, vende jornal, dá prêmio. [A questão social] tem que entrar nos interesses do jornal. Se não, não emplaca. Se for só uma coisa de um editor, que de repente temos a sorte de ser um editor com uma veia social, quando o cara sai, acaba tudo. Não adianta.

Não há muito essa visão entre os empresários de mídia.

É o que acontece com o voluntariado também. Mesmo que seja para fazer propaganda da empresa, mesmo que seja para gastar 0,001% da receita da empresa, pelo menos você está fazendo alguma coisa. Pelo menos há uma

abertura para isso e tem que ser interessada, interesse financeiro. Eu percebi isso. Essa estada na economia me serviu para isso. Se não tiver um interesse, se não entrar no interesse do jornal, no negócio do jornal, não vai para frente.

E dá até para fazer matéria de denúncia. Por exemplo, eu fui fazer uma matéria denunciando a filantropia. A filantropia das faculdades, dos cartórios... Como eles recebem a isenção de impostos, deveriam retornar em causas sociais. Uma isenção de imposto em uma faculdade como a PUC é algo em torno de 11% do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social; aqui a entrevistada refere-se à contribuição para a previdência] que é recolhido dos trabalhadores. Imagina quanto que eles economizam com isso? Quanto de bolsa que eles podiam estar retornando para a sociedade? Então dá para fazer uma grande investigação, dá para fazer matéria de leitura dominical, dá para fazer novela, sei lá, dá para ser inteligente.

Mas você acha que os jornalistas têm essa visão?

É difícil brigar, nadar contra maré. Não sei de onde começa, se é no ovo ou na galinha, mas é mais do repórter mesmo. Esperar que eles comecem [a mudar] lá de cima pode levar muito tempo.